Página 13

■ Nº 112 ■ SET./2012

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Tome Partido

Campanha de filiação: até 30 de outubro, entre no Partido e vote no PED

Desenvolver indústria, mas com classe

páginas 10 a 14

Nossos vereadores e vereadoras, dia 7/10

página 17 a 27

Em Congresso, Feab volta para a UNE

página 28

Esta edição do jornal Página 13 dedica sua capa à campanha Tome Partido. Queremos estimular nossa militância a filiar ao Partido nossa base militante, nossa base social, nossa base eleitoral, especialmente trabalhadores, jovens, negros, mulheres.

Esta campanha faz parte da preparação do PT para o processo de eleição direta das direções partidárias, marcado para os dias 10 e 24 de novembro de 2013.

Em setembro de 2013, a Articulação de Esquerda terá 20 anos de existência. Dois meses depois, ocorrerá o 5º PED, no qual terão direito a votar mais de 1,5 milhão de filiados e filiadas ao Partido dos Trabalhadores.

A Articulação de Esquerda travou, ao longo destes 20 anos, uma batalha incessante pela construção do Partido dos Trabalhadores, nas ruas, nas urnas, nos parlamentos, nos governos, no debate de idéias na sociedade, nos movimentos sociais e nas instâncias petistas.

Cometemos erros, muitas vezes não estivemos à altura das necessidades, fomos derrotados em inúmeras oportunidades, mas nunca abrimos mão da defesa do socialismo, do programa democrático-popular, de uma estratégia revolucionária e de um partido da classe trabalhadora.

Defender estas posições segue atual e necessário.

A crise do capitalismo exige a construção de alternativas e torna possível recolocar o socialismo como alternativa prática para resolver os dilemas da humanidade.

Os avanços parciais obtidos durante os governos Lula e Dilma colocam o país diante da disjuntiva: retroceder ou fazer reformas estruturais.

A conjuntura internacional e regional, o monopólio da mídia, o financiamento privado das campanhas eleitorais, a ofensiva ideológica dos setores conservadores, a resistência que o aparato de Estado oferece ao processo de transformações, as mudanças sociológicas e geracionais em curso na sociedade brasileira, impõem a necessidade do PT retomar o debate estratégico.

As mudanças ocorridas no Brasil, na classe trabalhadora e no petismo exigem uma revolução profunda no Partido, se quisermos ser algo mais do que uma legenda eleitoral.

O PED 2013 será chamado a tomar posição frente a estes temas. Mas para que isto aconteça, de maneira direta e exitosa, será preciso nadar contra a corrente do pragmatismo, do taticismo, da despolitização, do senso comum.

E isto deve ser feito desde agora, na campanha eleitoral de 2012. Começando do princípio: as eleições são municipais, mas o que ocorrer nelas tende a influenciar e muito o que vai ocorrer nas eleições de 2014.

Caso a oposição tucana-demista, derrotada em 2002, 2006 e 2010, também perca as eleições de 2012 em praças importantes como São Paulo e Belo Horizonte, a tendência é que a polarização PT-PSDB, que marcou a história brasileira desde 1994, sofra uma mutação.

Esta mutação consistiria no seguinte: o conteúdo básico da polarização tende a prosseguir o mesmo; mas a forma vai mudar. O conflito entre projeto conservador e projeto democrático-popular vai continuar; mas o conflito principal se dará entre partidos que hoje fazem parte da base do governo. É neste sentido que se movimentam setores da base.

Falamos acima que o conteúdo básico da polarização PT-PSDB tende a prosseguir o mesmo. Falamos que tende, porque as opções ideológicas e programáticas feitas pelo PT e pelo governo Dilma podem resultar em mudanças também no conteúdo dos projetos em disputa.

Na maior parte da história brasileira, o projeto democrático-popular e socialista hoje encarnado pelo PT sempre foi minoritário. A polarização que dominou nossa história foi entre dois projetos capitalistas, dois projetos burgueses, um mais conservador, outro mais progressista.

As batalhas que se travam em torno da natureza da industrialização brasileira, do comportamento do governo frente às greves e de nossa política de alianças estão relacionadas, em última análise, a isto: seremos a locomotiva de um projeto democrático-popular ou seremos o último vagão de um projeto progressista?

Não se trata de uma opção apenas ideológica. Se não houver reforma política, se não houver financiamento público de campanhas eleitorais, nosso Partido continuará sendo arrastado para o pântano. O ocorrido recentemente na cidade de São Caetano do Sul, na região do ABC paulista, em que um candidato petista a prefeito teve que renunciar, ao ser descoberto que negociou com nossos inimigos recursos para disputar o PED, é apenas a ponta do iceberg: a despolitização, o domínio do marketing e os cabos eleitorais pagos estão se tornando parte da paisagem. E é extremamente preocupante como setores do petismo teimam em não tirar as conclusões das lições do passado e seguem adotando os métodos próprios da burguesia fazer politica.

E por falar em burguesia, esta segue a mesma e cada vez mais empenhada em destruir qualquer projeto que ameace a sua dominação de classe. A operação da midia conservadora conjugada ao julgamento no STF, onde o PT é tratado duramente, enquanto aos envolvidos no mensalão tucano se garante tratamento vip, é uma pequena mostra disto.

Por isto, 2012 é hora de batalhar e vencer nossos inimigos. E 2013 será hora de enfrentar e superar nossos dilemas internos. Tudo isto num cenário regional e mundial que se complica a cada dia. De tédio, como já dissemos, nenhum de nós morrerá. ★

O editor

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Colaboraram nesta edição:** Adriana Miranda e Regina Pitta
Secr. Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

PASSOS PARA O PED

➩Implementar, durante a campanha eleitoral de 2012 e depois, a campanha Tome Partido. Lembramos que só poderá votar no PED 2013 quem entregar seu pedido de filiação até 30/10/2012.

➩Realizar nos dias 15 a 18 de novembro de 2012, em São Paulo capital, uma reunião ampliada da direção nacional da AE, para debater a plataforma que apresentaremos ao Partido e iniciar o debate sobre tática, chapas e candidaturas ao PED 2013. A reunião ampliada da direção nacional será precedida de um seminário que debaterá os temas do socialismo, do programa, da estratégia, da concepção de Partido, da conjuntura e da tática, de maneira a atualizar nossa proposta para o PT.

➩Convocar a Conferência nacional da AE, para o primeiro semestre de 2013. Nesta Conferência decidiremos nossa política de alianças, os critérios para compor a chapa nacional, a escolha de nossa candidatura presidencial, as diretrizes para nossas chapas e candidaturas estaduais e municipais.

➩Iniciar, a partir do dia 1/11, os contatos com setores do Partido dispostos a formar conosco chapas e candidaturas para disputar o PED 2013 em âmbito nacional. O prazo para inscrição das chapas e candidatura presidencial nacional é 13/07/2013. O prazo máximo para inscrição das chapas estaduais é 12/8/2013. O prazo máximo para inscrição das chapas municipais e zonais é 11/9/2013. As chapas deverão respeitar a paridade de gênero, a presença étnica e da juventude. Além disso, as chapas devem ser pré-ordenadas.

➩Estimular o conjunto da militância petista a quitar suas contribuições financeiras até 12/08/2013 e participar das atividades partidárias obrigatórias também até 12/08/2013.

Assine o 13

O jornal Página 13 tem sido publicado, desde 1994. É um dos instrumentos do debate ideológico em curso no interior do Partido dos Trabalhadores e da esquerda em geral.

Nos últimos anos, o jornal vem sendo enviado através da internet, para dezenas de milhares de endereços. Além disso, Página 13 é distribuído amplamente em eventos do Partido dos Trabalhadores.

Nosso desafio, agora, é aumentar o número de assinantes, rompendo a barreira dos 2 mil. Cabe lembrar que em 2013 ocorrerá a eleição direta das direções do PT, na qual poderão votar mais de 1 milhão de filiados e filiadas.

Por isto, deflagramos uma Campanha Nacional de Assinaturas.

Nosso objetivo é modesto e realista: que entre setembro e dezembro (4 meses) cada assinante faça duas (2) novas assinaturas do Página 13.

Para atingir tal objetivo, cada assinante receberá ao longo destes exemplares adicionais do jornal.

Sugerimos um método de ação muito simples: que cada assinante converse com as pessoas do seu círculo político, de amizade, de vizinhança, de estudo, de trabalho e/ou familiar, apresentando o jornal Página 13. Devemos aproveitar o momento também para conferir se já estão filiados(as) ao PT e para promover filiações ao Partido.

Atingir a meta proposta permitirá triplicar, até o final de outubro, o número atual de assinantes. E contribuirá para o debate ideológico que anima Página 13, desde 1994.

ASSINE O JORNAL Página PT 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: ______________________________

Endereço: ______________________________

______________ Bairro: ______________

Cidade: ______________ Estado: ________ CEP: ______________

Telefone: ( ) ______________ Celular: ( ) ______________

E-Mail: ______________________________

Profissão: ______________________________

CPF: ______________________________ ou

CNPJ: ______________________________

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? ( ) sim ( ) não

Se sim, qual: ______________________________

Área de interesse,militância ou atuação: ______________________________

Município e estado de militância: ______________________________

ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)
( ) R$ 70,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)
( ) R$ 140,00

( ) Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker
Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1
Em nome de: Rubens Alves da Silva

Ofensiva política da burguesia

*Wladimir Pomar**

Agência Brasil

O Brasil parece estar atravessando um momento político especial. Há um esforço concentrado dos partidos de direita, de centro, e mesmo de esquerda, para impor uma derrota ao PT nas eleições municipais, todos já tendo em vista as eleições de 2014. Ao lado disso, ou mais provavelmente articulado a isso, a Procuradoria Geral da República e o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do chamado mensalão, viram-se na contingência de fazer vista grossa às leis vigentes no país, sobre as quais julgaram casos idênticos precedentes, e de substituí-las por uma jurisprudência corporativa própria.

O exemplo mais emblemático dessa quebra de procedimentos legais foi o julgamento de Luiz Gushiken, antigo dirigente do PT e ministro do primeiro governo Lula. Desde o início considerado inocente das acusações que lhe faziam, na CPI, na polícia e no ministério público, por alguma razão que a própria razão parece desconhecer, Luiz Gushiken foi arrolado pelo procurador e pelo relator. Assim, embora reconhecidamente inocente, foi julgado por todos os membros do tribunal, cujo único propósito parece ter sido dar à imprensa a dica para divulgar que ele foi julgado inocente por falta de provas. Na verdade, o correto seria dizer que todas as provas demonstraram sua inocência. O que, no mínimo, coloca a Procuradoria Geral da República, o STF e os órgãos de imprensa, diante da possibilidade de um processo de retratação e ressarcimento por danos morais.

Independentemente de se considerar se há ou não réus culpados, fica cada vez mais evidente que esse julgamento não se pauta por parâmetros jurídicos, mas por parâmetros políticos. Ele não se dirige apenas a condenar tais réus. Procura suscitar, politicamente, não apenas a existência de uma organização criminosa incrustrada no PT, mas a suposição de que o próprio PT pode ser tal tipo de organização. Não é por acaso que tal figura jurídica, inexistente na legislação brasileira sobre a qual esses réus estão sendo julgados, tenha sido reiterada verbalmente pelo procurador e por alguns juízes, e divulgada deliberadamente na imprensa.

Nessas condições, os petistas que supunham superada a época das lutas de classes, e consolidados os processos democráticos civilizados no país, talvez precisem rever suas ilusões. Eles se encontram em meio a um turbilhão de aspectos políticos de vulto que, mais uma vez, pretendem destruir esse partido, seja fazendo-o mudar sua natureza, seja minguando-o social e politicamente. Exemplos dessas tentativas, na atualidade, podem ser encontrados nos esforços da grande burguesia, apesar do fracasso da experiência neoliberal, em convencer o governo de que qualquer privatização é superior a qualquer intervenção estatal. É lógico que ela não quer que o governo feche os financiamentos estatais a ela. Mas, fora isso, não deseja que o Estado se meta em mais nada, pressionando o PT a aceitar essa situação como irrecorrível.

Além disso, grande burguesia se empenha em monopolizar todos os projetos apresentados pelo governo. Com isso, na prática funciona como um freio e coloca em risco a redistribuição de renda, um dos programas chave do governo e do PT. Ela também se empenha em provar que o chamado Custo Brasil está associado principalmente ao custo dos salários, procurando desregulamentar a legislação trabalhista e aumentar as taxas de exploração da força de trabalho, procurando fazer com que o PT se volte contra sua própria origem.

Ao mesmo tempo, os representantes políticos da burguesia, não só os da oposição, se esforçam em demonstrar que os problemas relacionados com a infraestrutura e com o fenômeno da desindustrialização resultam da lerdeza e ineficiência dos governos Lula e Dilma, e não da quebradeira provocada pelos governos neoliberais, em especial do período FHC. E, a rigor, os representantes políticos da burguesia, fora e dentro do governo, atuam ideológica e politicamente contra qualquer medida democrática e popular proposta pelo governo, enquanto a grande mídia opera, abertamente, como agência escrachada de propaganda marrom, seguindo à risca a hipocrisia Demostenes Torres.

Portanto, a pressão para o PT mudar de caráter, ou simplesmente ser destruído, continua na pauta da burguesia brasileira e aumentou de intensidade. A dificuldade da burguesia consiste em que continua politicamente dividida por não possuir um projeto alternativo comum de desenvolvimento capitalista. A grande burguesia das corporações nacionais e estrangeiras pretende manter seu oligopólio sobre a economia, para impor preços administrados e obter alta lucratividade.

Isto, por sua própria natureza, é impedimento ao crescimento dos demais setores burgueses, que pretendem um desenvolvimento que atenda também seus interesses de lucratividade e baixo risco. Embora estes setores não queiram, ou temam, romper com os setores oligopólios, essa divisão abre chances para que os trabalhadores e os setores populares e democráticos da sociedade brasileira implantem um projeto de desenvolvimento econômico e social que, embora ainda sob a égide capitalista, expanda os médios e pequenos empresários industriais, comerciais e de serviços, imponha a concorrência aos setores oligopolistas, reforce o setor estatal da economia e, mais do que tudo, gere milhões de empregos para recompor a força social da classe trabalhadora. Porém, para isso, não basta que a esquerda no governo prepare e procure implantar projetos de desenvolvimento. É fundamental que os discuta com todas as forças populares e democráticas, de modo a criar um apoio social consistente para esse embate crescente.★

***Wladimir Pomar** é jornalista e colaborador da Fundação Perseu Abramo

Prejuízo geral

Greve termina, mas governo ainda hostiliza funcionalismo

*Ismael César e Pedro Pomar**

A maioria das categorias do funcionalismo público federal, que fez greve por dois meses, firmou acordo com o governo no final de agosto e aceitou o índice de reajuste de 15,8%, parcelado em três anos a partir de 2013. No dia 31 de agosto terminou o prazo para inclusão de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, utilizado como instrumento de pressão contra o movimento.

O governo, que dois meses atrás afirmava que não poderia conceder nenhum reajuste para os servidores, foi obrigado a ceder e negociar com as entidades representativas do movimento um reajuste linear para todos. No caso da Fasubra, que representa os funcionários técnico-administrativos das universidades federais, além dos 15,8% foram conquistados reajustes no *step* para 3,17% em 2014, e 3,8% em 2015, bem como ganhos no plano de carreira, como o incentivo à capacitação.

O principal acordo foi fechado com a Condsef, que representa 500 mil trabalhadores. Nesse caso, além do reajuste salarial, foi acordado um reajuste nos benefícios dos servidores do Executivo: o auxílio-alimentação deve passar de R$ 304,00 para R$ 373,00 e os planos de saúde sofrerão reajuste entre 15% e 30% na contrapartida do governo. Os novos valores passam a valer a partir de janeiro de 2013.

A Condsef acertou com o governo, também, que em 2013 será retomada a discussão da principal reivindicação do setor, que é a equalização de todas as tabelas salariais com a Lei 12.277/10.

Algumas categorias deram continuidade à greve, entre elas os professores universitários, representados pelo Andes-Sindicato Nacional. No dia 23/8, o Andes havia feito uma ousada contraproposta ao governo: abriu mão dos índices de reajuste reivindicados, dando preferência à reestruturação da carreira.

Dois pesos...

Ao mesmo tempo em que impôs aos funcionários civis um índice de reajuste que quase certamente será inferior à inflação acumulada do período 2013-2015, o governo concedeu aos mais de 600 mil militares das Forças Armadas o índice de 30%, também em três parcelas anuais. As justificativas para conceder quase o dobro do aumento concedido aos civis teriam sido a percepção de que os militares estão com salários "defasados" e

a satisfação do governo com o fato de ter sido contida a rebelião de oficiais da reserva contra a Comissão Nacional da Verdade.

Apesar do modesto reajuste, as lideranças do funcionalismo acreditam que a greve obteve conquistas importantes, em especial diante das pressões e ameaças aos trabalhadores.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF), da base da Condsef, avalia que a greve, "uma das mais fortes da história de luta do funcionalismo público" foi "vitoriosa, porque a proposta do governo no início da campanha salarial era de reajuste zero".

O aumento obtido, prossegue o Sindsep-DF, "ainda está longe de atender às nossas necessidades e o que merecemos, mas é fruto de uma luta histórica em que demonstramos nossa capacidade de mobilização e de unidade em torno de nossas reivindicações. Uma luta que serve de base para as futuras campanhas salariais".

Na visão da entidade, o governo Dilma adotou "uma política equivocada de submissão ao 'mercado', que desvia quase metade do Orçamento da União para pagamento de juros e serviços da dívida pública, o que só beneficia os banqueiros, e que concede de forma irresponsável isenções fiscais aos grandes empresários, além das privatizações de aeroportos e rodovias, tudo isso em detrimento do serviço público, tão necessário para o povo brasileiro".

Endurecimento

A direção do Sindsep-DF, ecoando posição idêntica da CUT nacional, criticou ainda "a truculência do governo, que por muitas vezes se negou a negociar e atacou de todas as formas o direito de greve dos servidores públicos, incluindo medidas como o corte do ponto e a publicação do decreto 7.777/12, que fere a Constituição e a Convenção 151 da OIT ao autorizar a contratação de fura-greve, inclusive por meio da terceirização".

O decreto, que tem por objetivo substituir os funcionários em greve por trabalhadores estaduais ou municipais e até por trabalhadores "terceirizados", representou um retorno a práticas autoritárias de governos conservadores, como o de José Sarney, que também editou um decreto antigreve fracassado. Como agravante, a presidenta Dilma Rousseff ainda mandou cortar o ponto de servidores em greve.

A CUT, que não pode ser acusada de inimiga do governo, reagiu e protocolou no Supremo Tribunal Federal, no início de agosto, Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o decreto 7.777, da qual também são signatárias outras entidades, de representação nacional do funcionalismo federal.

"O decreto é inconstitucional porque impõe restrições ao direito constitucional de greve e permite contratação na forma de convênio, o que é vedado na própria Constituição Federal. Algumas atividades são consideradas atividades típicas de Estado e não poderiam ser substituídas desta forma", afirma o advogado Valmir Floriano. Também seria protocolada denúncia na Organização Internacional do Trabalho (OIT) "contra as atitudes anti-sindicais do governo na tentativa de acabar com a greve legítima dos servidores públicos", frisa a CUT.

Outro gesto deplorável do governo, no decorrer da greve, foi a assinatura de um "acordo" com o Proifes, sindicato chapa-branca de professores federais cuja representatividade é ínfima. O intuito era isolar o Andes, que é amplamente majoritário na categoria, mas a encenação não deu certo, dada a forte mobilização dos docentes universitários.

...duas medidas

Um dos acertos dos governos Lula foi a expansão e fortalecimento do Estado em diversas áreas, acompanhada, em certa medida,

de uma ampliação do funcionalismo público federal. Foi o caso das universidades federais, por exemplo: o governo criou 14 delas, espalhadas pelo País, e contratou milhares de professores qualificados.

O crescimento da presença do poder público é fundamental para ampliar os serviços oferecidos à população e garantir direitos. O Brasil precisa de mais auditores para combater o trabalho escravo e as burlas à legislação trabalhista, bem como para fiscalizar a arrecadação de tributos federais (como o Imposto de Renda e as contribuições patronais à Previdência e ao FGTS). Precisa de mais agentes da Polícia Federal para vigiar as fronteiras, atacar o crime organizado, o desmatamento e outros crimes ambientais. Precisa de mata-mosquitos para evitar a dengue. Precisa reforçar os quadros do Ministério da Saúde, da Funai, do Incra e de diversos outros órgãos públicos, porque somente assim as políticas públicas poderão tornar-se efetivas.

Desse modo, o funcionalismo precisa ser valorizado, e suas reivindicações devem ser objeto de avaliação, de negociações sérias, ainda que o governo ache impossível aceitar todas. Manter uma relação madura com o funcionalismo é, ou deveria ser, componente fundamental de uma política de valorização e consolidação do setor público.

Ao mesmo tempo em que jogou duramente com o funcionalismo em greve, o governo acenou com bondades e pacotes para a iniciativa privada, por meio de desonerações da folha de pagamento, incentivos fiscais e parcerias em investimentos em logística e transportes. O contraste chama atenção.

Para atender 1 milhão e 690 mil servidores públicos federais, o governo gastará R$ 17 bilhões em três anos. No entanto, deixou de arrecadar mais de R$ 100 bilhões no último ano com as desonerações concedidas aos empresários.

Celebrados os acordos, o governo, por intermédio da ministra Miriam Belchior, faz coro com o senador Aloysio Nunes (PSDB) e com setores da mídia e insiste em falar de "regulamentação" do direito de greve — a qual, caso venha a ocorrer, será apenas uma nova forma de cercear a liberdade sindical do funcionalismo público. Certamente um caminho equivocado para a gestão Dilma, o de atacar suas próprias bases sociais. ★

***Ismael César** é diretor da Condsef. **Pedro Pomar** é jornalista. Este texto reaproveita trechos do artigo "Negocia, Dilma!", publicado no blog Escrevinhador.

No segundo semestre, a luta continua

Trabalhadores do setor privado, bancários, além dos petroleiros, se mobilizam por reajustes salariais e trabalho decente

As grandes categorias de trabalhadores com data-base no segundo semestre, como bancários, comerciários, metalúrgicos, químicos e petroleiros, além dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), têm perspectivas positivas de conquistar ganhos acima da inflação em suas negociações salariais, independentemente da desaceleração da economia nos últimos meses.

Em 2011, levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostrou que mais de 60% das negociações tiveram um ganho real médio de 2% acima da inflação.

Em 2012, a expectativa da maioria dos sindicatos é conquistar, no mínimo, índices semelhantes. Os patrões tem muita gordura nos ganhos de produtividade acumulados nos últimos anos, além da defasagem histórica dos salários no Brasil.

O Dieese aponta que as categorias com data base no primeiro semestre 2012 conquistaram reajustes salariais acima da inflação. De acordo com os números, 96,5% dos 370 reajustes analisados no estudo ficaram acima da inflação registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Como 3% dos casos tiveram reajustes iguais aos da inflação a medida no período, apenas 0,5% do total ficou abaixo do índice. O que anima ainda mais a CUT e os seus sindicatos filiados a organizar grandes mobilizações neste segundo semestre.

Os metalúrgicos do ABC, sobretudo os da indústria automobilística, estão numa situação mais confortável. No ABC paulista, boa parte das empresas já negociou desde o ano passado o percentual de aumento real para este ano, que ficará em torno de 2,5%.

Já os bancários em processo de negociação rejeitaram a proposta de 6% apresentada no dia 28 de agosto pelos banqueiros. A proposta tem um pequeno aumento de 0,7% acima da inflação que para as categorias com data base em setembro o acumulado é de 5,83%

Para se ter uma ideia, o salário mínimo (R$ 622,00) que serve como parâmetro para maioria dos trabalhadores é quatro vezes menos do que o necessário com base nos estudos do Dieese. O salário mínimo necessário para o trabalhador no País deveria ser de R$ 2.519,97, segundo o Diesse, a fim de suprir as necessidades básica de um casal com 2 filhos. O valor leva em consideração o preceito constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria ser suficiente para garantir as despesas familiares com alimentação, moradia, saúde, transportes, educação, vestuário, higiene, lazer e previdência.

Mesmo levando em consideração o acordo entre centrais sindicais e governo de reajuste do salário mínimo a proposta de orçamento federal para 2013, entregue no dia 30 de agosto, prevê que o salário mínimo seja de R$ 670,95, uma alta de 7,9% em relação a 2012 o que ainda é muito inferior ao necessário.

CUT marchou em Brasília

A CUT realizou uma grande marcha à Brasília no dia 5 de setembro, conforme resolução aprovada no 11º Concut, ocorrido em julho. O Dia Nacional de Mobilização foi casado com a grande mobilização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) pela melhoria do ensino público.

A Marcha teve o objetivo de potencializar as campanhas salariais do segundo semestre e levou às ruas da capital federal as bandeiras de luta da classe trabalhadora: 10% do PIB para a educação, aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), redução da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário, contra a precarização do trabalho, pela ratificação da convenção 158 da OIT, pela regulamentação da Convenção 151 da OIT, e a agenda do trabalho decente★

Democracia e qualidade para a educação superior

*João Monlevade**

A discussão sobre cotas sociais e étnicas tem que ser feita na ótica dos direitos – para o que muito contribuiu recente decisão do Superior Tribunal Federal sobre sua constitucionalidade

A recente aprovação da Lei 12.711/12 que institui as cotas para egressos de escola pública nos cursos de graduação de instituições federais me motiva a fazer algumas considerações em relação ao ingresso do povo brasileiro na educação superior.

Em primeiro lugar, tenhamos presente alguns dados que a imprensa faz questão de não divulgar. Em 2010, tivemos matriculados no ensino médio 9.784.678 estudantes. Desses, 8.703.805 estudavam em escolas públicas (a maioria estaduais) e 1.080.873 em instituições privadas. Impõem-se duas conclusões: a primeira, de que 89% são alunos de escolas públicas e somente 11% de escolas privadas. A segunda, não menos significativa, de que a universalização da escola, para todas as classes sociais, chegou ao ensino médio. Se nascem atualmente menos de 3 milhões de bebês por ano no Brasil, haver quase o mesmo número de concluintes no ensino médio a cada ano é fato inédito. E seria muito auspicioso, se dois outros fenômenos não ocorressem: que, entre os 3 milhões de concluintes do ensino médio, cerca de metade tem mais de 18 anos de idade, o que denuncia descomunal atraso no percurso escolar da maioria, exatamente entre os que freqüentam as escolas públicas; e que, dos 2,5 milhões de concluintes do ensino médio público, menos de 10% conseguem entrar em universidades públicas, percentagem que passa de 60% entre os oriundos de escolas privadas.

Em segundo lugar, é preciso registrar que nos últimos sete anos, duas políticas do governo federal alteraram o jogo de oportunidades de ingresso nos cursos superiores gratuitos: a do Prouni, com quase 200 mil bolsas a cada ano, com gratuidade total ou parcial em instituições privadas; e a da expansão dos cursos e de vagas nas universidades e institutos federais de tecnologia. Em 2001, houve 125 mil ingressantes em cursos de graduação federais; em 2010 o número chegou a 302 mil e em 2012 prevê-se que possa passar de 350 mil. Nas universidades estaduais também houve aumento significativo: de 99 mil em 2001 para 141 mil em 2010.

Em terceiro lugar, é importante enfatizar que, não obstante o crescimento da oferta de vagas públicas, que, somadas às do Prouni podem significar 750 mil vagas gratuitas em 2012, o crescimento das matrículas e dos concluintes da rede privada – indubitavelmente fruto do aumento real de salários dos últimos anos – ainda superou os números das instituições públicas. Em 2010 havia 4.736.000 alunos na rede privada, dos quais 1.706.000 haviam ingressado naquele ano.

Todos esses números são eloqüentes e reveladores, mas estamos longe das metas do Plano Nacional de Educação de 2001-2010, pelo qual se queria chegar a 30% de taxa líquida de matrícula na educação superior, considerando-se a faixa etária de 18 a 24 anos. Na verdade, atingimos em 2010 a taxa líquida de 14,4% e a taxa bruta de 26,7% – o que confirma o fenômeno observável a olho nu, principalmente nos cursos noturnos: quase a metade dos estudantes são adultos com 25 anos e mais. Em outras palavras, bem mais da metade dos alunos são trabalhadores que estudam e não estudantes que se formam para o trabalho.

Esses grandes números revelam dois fenômenos que, entre outros, têm que ocupar a agenda da política educacional: a queda da qualidade acadêmica dos cursos superiores, que atinge até os de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e a disputa pelas vagas gratuitas dos cursos de graduação de maior concorrência.

Quanto ao primeiro: temos que aprofundar uma distinção fundamental quanto à educação superior. Na perspectiva do direito da população, os cursos superiores de graduação devem ser universalizados. Mas impõe-se distinguir dois tipos de cursos: uns, caracterizados por uma qualidade científica de alto nível (que se associa à manutenção e desenvolvimento de carreiras profissionais sólidas, verticais, culminando na pesquisa de ponta nas várias áreas do conhecimento); e os demais cursos superiores, destinados à educação cidadã, ao aperfeiçoamento e diversificação das habilidades profissionais e à fruição cultural e artística. Os primeiros, quase sempre incompatíveis com os horários reduzidos (principalmente noturnos) e de alto custo pela necessidade de recursos específicos; os segundos, que podem e devem ser cursados por trabalhadores e cidadãos de mais idade, mais qualificados por atividades de ensino e extensão do que de pesquisa – por isso de custos menores. Daí a necessidade de se investir na qualidade de uns e de outros. Daí também ser preciso implantar uma nova qualidade à seleção, mais próxima da orientação vocacional do que da competição por vagas a partir de treinamentos, que acaba sendo uma discriminação mais econômica e social do que acadêmica ou profissional, baseada de fato em conhecimento e em aptidões.

Já passamos a abordar o segundo fenômeno, o do ingresso, marcado por injustiças e irracionalidades há mais de um século, quando se talhou a cultura dos vestibulares e de seus subprodutos, com vítimas não somente nas reprovações e frustrações dos que se submetiam às suas provas como também ao longo de todo o percurso da educação básica. Quais foram os maiores responsáveis pela troca que as famílias de classe média fizeram entre 1950 e 1970 dos antigos ginásios e colégios estaduais (aos quais se chegava por meio dos exames de admissão) pelas escolas privadas e pelos cursinhos? Sem dúvida, os exames vestibulares dos cursos de maior concorrência: medicina, direito, engenharias, informática, comunicação. Como conceber os futuros processos de inclusão de estudantes nos cursos superiores de graduação, principalmente nos de maior concorrência, que são os públicos, gratuitos e que levam às carreiras de maior salário?

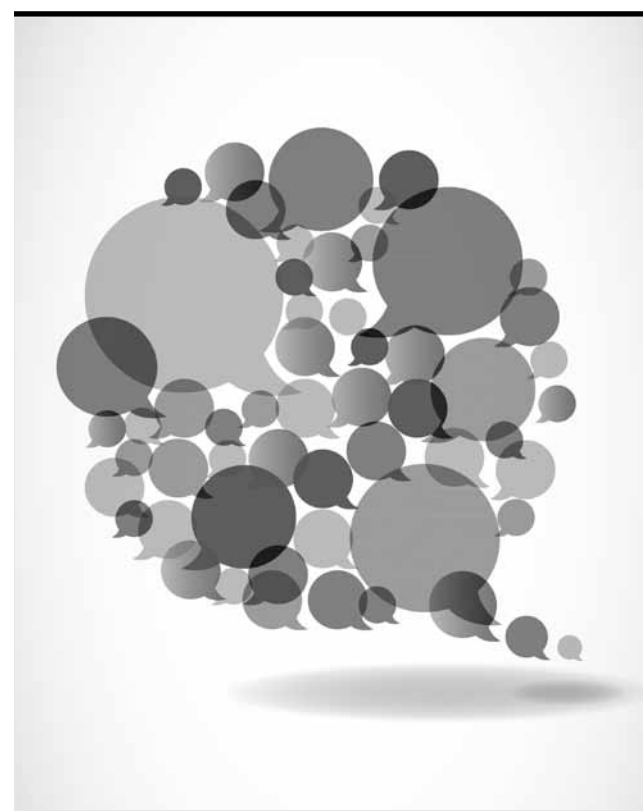
Penso que a maioria dos que se debruçam com seriedade sobre esta questão quer combinar a conquista da democratização com a melhoria da qualidade do ingresso e dos próprios cursos superiores. A democratização está avançando por três razões, entre outras: pela ampliação de vagas, incluídas as dos períodos noturnos e as de cidades do interior e das periferias das metrópoles; pela diminuição do ritmo de crescimento do número de candidatos; e pelas políticas de aperfeiçoamento do formato pedagógico e da gestão das provas, entre as quais se destaca a do Enem.

A grande batalha se trava na questão da qualidade do processo seletivo e dos próprios cursos universitários. Aqui comparece com toda força a política de cotas. A discussão sobre cotas sociais e étnicas é verdade, tem que ser feita na ótica dos direitos – para o que muito contribuiu recente decisão do Superior Tribunal Federal sobre sua constitucionalidade – e também na perspectiva não da preservação de uma qualidade superada, mas da construção de uma nova qualidade.

Tenho ouvido de muitos que a solução para a democratização e qualidade da educação superior é "melhorar a qualidade da educação básica, principalmente do ensino médio público". Com todo respeito, embora não haja dúvidas sobre a influência de uma boa educação básica para uma ótima educação superior, esse discurso embute uma fuga do problema. Na realidade, de que adiantaria que o Ideb do ensino médio público passasse dos 3,7 de 2011 para 6,0 ou mesmo 7,0 dentro de três anos se o número de vagas dos cursos superiores públicos – em especial os mais "nobres" – continuasse o mesmo ou oferecido na jornada diurna? As 450 mil vagas seriam ocupadas, em particular as 50 mil dos cursos de maior concorrência, por uma maioria de ex-alunos de escolas privadas das classes altas e médias – que têm melhores condições econômicas, sociais e culturais para ocupar os primeiros lugares. A maioria dos pobres, mesmo com ótimos desempenhos, não "caberia" nas poucas vagas que continuariam a ser ofertadas. O que aumentaria seria a frustração. E de que adiantaria um aluno de 18 anos de classe popular passar em um curso que ocupa todo o dia, impedindo-o de trabalhar para seu sustento, inclusive para enfrentar novas despesas de um curso de qualidade? Esse fenômeno já exigiu do MEC a concessão de auxílio-bolsa para alunos do Prouni. Combinada com o aumento de vagas diurnas e noturnas, a destinação de 50% das vagas, curso a curso, para egressos do ensino médio público, essa sim, dará não somente mais chance de aprovação como terá um efeito de incentivo aos estudos no nível médio, repercutindo na qualidade geral da educação brasileira, pública e privada.

Entretanto, três ações são fundamentais na construção dessa nova qualidade. No ensino médio, a combinação de educação geral e profissional em cursos em jornada integral, integrados ou concomitantes. Para a transição, substituir provas finais por avaliação cumulativa, com gestão conveniada entre as escolas e as universidades. E nos cursos superiores, uma desconstrução da atual ética mercantilista, tanto na educação privada – por motivos óbvios – quanto na educação pública, que acaba contaminada pelo facilitário do "pacto da mediocridade". Enquanto vigorar o sentimento de que todos os problemas do aluno de instituições privadas se resolvem na tesouraria e de que para a maioria dos problemas nas instituições públicas há sempre um "jeitinho" que substitui a construção e a demonstração do conhecimento e de um bom perfil profissional, todas as ações darão em quase nada. Ou então, no que se constatou recentemente: que 40% de nossos concluintes de universidades são analfabetos funcionais. Esta dura verdade nos acorde, a nós que chegamos ao fim dessa leitura, com 100% de compreensão do texto e – assim o espero - com algum proveito para nossa vida cidadã.★

***João Monlevade** foi professor da educação básica e superior, ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso e da CNTE, é atualmente consultor no Senado Federal

Grandes números revelam dois fenômenos que, entre outros, têm que ocupar a agenda da política educacional: a queda da qualidade acadêmica dos cursos superiores, que atinge até os de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e a disputa pelas vagas gratuitas dos cursos de graduação de maior concorrência

Investimento mínimo

10% do PIB para Educação e a necessidade de reformas estruturais

*Jonatas Moreth**

Há um bom tempo que os Movimentos sociais não construíam uma pauta de tamanha unificação. Da UNE a CNTE, da CUT ao MST: todos saíram às ruas reivindicando que no novo PNE - Plano Nacional de Educação seja aprovada a meta de investimento mínimo de 10% do PIB para Educação Pública nos próximos 10 anos.

O PNE tem causado muitos debates e polêmicas e já tramita no Congresso Nacional há mais de um ano. No mês passado tivemos uma importante vitória nesta luta: Após muita pressão dos Movimentos Sociais e um ato organizado pela UNE no dia da votação do projeto na Comissão Especial da Câmara conseguimos aprovar por unanimidade a emenda do Deputado Paulo Rubem (PDT/PE). Esta emenda determina que nos primeiros 5 anos de vigência do PNE seja investido no mínimo 7% do PIB para a educação pública, e ao completar 10 anos alcancemos o patamar de 10%. Frise-se que é investimento na educação pública!

Foi uma vitória do movimento social diante da instansigência da área econômica do Governo Federal que defendia ser inviável o investimento maior do que 8% no próximo decênio. Na mesma linha, o Ministro da Educação Aloísio Mercadante concedeu declarações logo após a aprovação dizendo "que seria muito difícil alcançar essa meta. Seria como colocar um MEC dentro de outro MEC". Neste debate o Governo foi derrotado. Foi tão derrotado que a Ministra das Relações Institucionais Ideli Salvati tem mobilizado a base governista para assinar um recurso que levaria o debate do PNE para o plenário, onde poderia ser apresentado novas emendas, ao invés de ir direto para o Senado.

No entanto, após reunião da UNE com a presidenta Dilma e o Ministro Mercadante parece que o Governo mudou de ideia e começou a ceder aos anseios do povo. Agora a posição oficial do Governo é a seguinte: Nós topamos os 10% do PIB desde que o Congresso aprove que 50% do fundo social do pré sal e 100% dos Royalties sejam destinados para Educação, alegando inclusive que esta é a única forma de alcançar a meta.

Em que pese ser um avanço devemos ver essa proposta com bastante ressalvas. Em primeiro lugar porque o Governo ao invés de se comprometer de fato com a proposta, condiciona isto a aprovação de medidas via Congresso Nacional. Aprovação esta muito difícil de ser alcançada tendo em vista que depende de negociações com Prefeitos e Governadores e com um Congresso heterogêneo e com vários interesses locais e temáticos.

Em segundo lugar porque a vinculação de 100% dos Royalties para Educação é proposta polêmica e não consensual. Em que pese a necessidade de se priorizar a educação, existem em nosso país áreas subfinanciadas e que são imprescindíveis para o nosso desenvolvimento soberano que contam com forte força social dificultando a ação unitária, das quais podemos citar a saúde, combate a miséria, ciência e tecnologia e investimento em infra-estrutura.

O que ocorre é que o Governo mais uma vez opta pelo caminho mais fácil e se recusa a mexer nos privilégios da nossa atrasada elite nacional fazendo profundas reformas estruturais, em especial no setor financeiro e tributário, alterando assim, os rumos de nosso desenvolvimento. Não, Ministro Mercadante! Os 50% do fundo social e 100% dos royalties do pré sal não são a única forma de alcançarmos a meta do PNE. Existem outras e passam pela diminuição do superávit primário, pela auditoria da dívida pública, por uma reforma tributária com taxação de heranças e grandes fortunas e uma agressiva política de redução de juros.

Que tomemos as ruas, escolas e Universidades em defesa da educação pública casado com a luta por reformas estruturais que mude os rumos de nosso desenvolvimento em vistas a obtenção de mais investimentos para o Estado cumprir o seu papel. Uma luta não está dissociada da outra. Pelo contrário, se complementam! ★

***Jonatas Moreth** é diretor da UNE

Seminário de comunicação da CNTE debate força das redes sociais

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), por meio da secretaria de Imprensa e Divulgação, realizou de 15 a 16 de agosto, seminário de comunicação com o tema: 'A força das redes sociais na luta sindical'.

De acordo com Alvísio Jacó Ely, secretário de Imprensa e Divulgação da CNTE, o evento teve o objetivo de "aprofundar o debate político e ideológico sobre o papel dos meios de comunicação em nossa sociedade para, a partir desta compreensão, fortalecer a ação em rede, bem como os instrumentos que temos à disposição a partir das novas tecnologias, para a disputa de hegemonia".

O Seminário foi ministrado pelo jornalista Leornardo Severo e o sociólogo Alex Capuano, com a participação da secretária nacional de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti e da blogueira Maria Frô (Maria da Conceição Carneiro Oliveira).

Em sua fala, a secretária da CUT lembrou que a comunicação é um direito que deve ser promovido pelo Estado para todos e no Brasil tornou-se um beneficio de poucos, que são os concessionários de rádio e televisão. "Se é um direito, precisa ser regulamentado pelo Estado", afirmou.

A blogueira Maria Frô ressaltou que a categoria deve usar das novas mídias ao seu favor e mostrar por outro lado a grande mídia, por exemplo, incriminando os professores, nas mais diferentes situações. "Portanto, os educadores devem dominar as mídias para desconstruir o que os grandes meios de comunicação fazem e efetivarem uma alternativa propositiva", disse.

O jornalista Severo destacou o grande poder que a grande mídia tem de influenciar a sociedade com inverdades. Ele abordou o papel democrático que cumpre o jornalismo alternativo – em contraposição aos grandes conglomerados de mídia.

Severo ressaltou, ainda, a ampliação e o fortalecimento da rede Comunicação Sindical, possibilitando que as pessoas tenham a dimensão de seus direitos e que isso estimula, une, organiza em outro patamar a luta.

No seminário, entidades filiadas a CNTE também apresentaram experiências para servir como elementos de contribuição na comunição alternativa. Foram realizadas oficinas, conduzidas por Alex Capuano. Separados em grupos, os participantes confeccionaram conteúdos em textos, vídeos, fotos, blogs e redes sociais.

Com o seminário, a CNTE deseja contribuir para que as entidades tenham mais eficiência e eficácia em todas as formas de comunicação e ajudar na construção de uma comunicação democrática visando uma sociedade mais justa e humana . A entidade defende que com uma mídia aberta e democrática, a liberdade de expressão será mais uma etapa para uma educação pública de qualidade para todos, com valorização profissional, piso salarial nacional, carreira, hora atividade, e 10% do PIB na Educação.★

Os rumos da política industrial

Página 13 publica, como contribuição ao debate, a resolução aprovada em reunião conjunta do secretariado nacional da AE e da executiva sindical nacional da AE, no dia 30 de agosto de 2012

Quando falamos em crescimento, desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico, e quando tratamos do papel da industrialização em qualquer desses processos, é preciso levar em conta que vivemos sob o capitalismo. Mais exatamente, vivemos sob o capitalismo existente no Brasil, com suas características históricas, políticas, econômicas e sociais.

Estas características (sejam as do capitalismo em geral, sejam as vigentes no capitalismo brasileiro) fazem com que o crescimento econômico não resulte em equivalente crescimento social, muito menos em desenvolvimento. Fazem, também, que o desenvolvimento na maior parte das vezes apareça como crescimento econômico associado à expansão da pobreza e da miséria, como ocorreu durante o regime ditatorial militar.

Para o crescimento econômico resultar em desenvolvimento econômico, é necessário elevar a produtividade média, propiciar um processo de reprodução ampliada, permitir o crescimento da taxa de investimento, diversificar a estrutura produtiva, elevar a condição técnica do emprego, adensar as cadeias produtivas, incorporar as ciências e as tecnologias como novas forças produtivas, induzir um processo constante de inovação.

E para que este desenvolvimento econômico resulte em desenvolvimento social, é necessário que parte fundamental da riqueza gerada seja investida na elevação dos padrões de saneamento, moradia, transportes, educação, saúde, esportes, cultura e proteção ambiental. Ou seja, que tenha a chamada sustentabilidade em todos os aspectos.

Por tudo isto, o Partido dos Trabalhadores deve sempre deixar claro qual a industrialização, crescimento e desenvolvimento que defendemos para o Brasil, sob pena de nossas posições serem engolidas, neutralizadas, deglutidas e metamorfoseadas pela ideologia capitalista que segue hegemônica.

Sem demagogia esquerdista

Em termos gerais, o desenvolvimento qualitativo de um país depende de seu crescimento econômico, ou da capacidade de gerar riqueza crescente.

Alguns setores acreditam ser possível universalizar as políticas sociais (como educação, saúde, transporte, habitação), sem ao mesmo tempo gerar crescimento econômico.

Os que acreditam nisto, são partidários de concepções equivocadas acerca da relação entre capitalismo, desenvolvimento e socialismo. Citamos a seguir algumas destas concepções equivocadas.

A primeira delas é a que confunde a justa luta contra o consumismo capitalista, com a incorreta tese de que na sociedade futura que almejamos, a população deve viver uma vida modesta, simples e pobre.

Na verdade, a sociedade futura que almejamos (que alguns de nós denominam de comunista, outras de socialista, importante que seja baseada na propriedade social dos meios de produção) será uma sociedade de abundância, ainda que a abundância comunista não possa ser medida pelos mesmos padrões da abundância existente no capitalismo, pois a abundância capitalista é para poucos e consumista.

A segunda concepção equivocada é a que confunde o alto nível de desenvolvimento tecnológico e produtivo existente na atual etapa do capitalismo, com a existência de capacidade suficiente para atender todas as necessidades humanas, presentes e futuras.

Na verdade, para atender as necessidades humanas, presentes e futuras, precisaremos de mais desenvolvimento tecnológico e produtivo. Pois hoje uma parte da sociedade tem seu consumo reprimido e muitas vezes direcionado para produtos de baixa qualidade; e no futuro, novas necessidades surgirão.

A terceira concepção equivocada é, exatamente, a que não percebe que a superprodução de determinadas mercadorias é relativa, não absoluta. Na verdade, basta elevar um pouco o nível de vida da população, para que alguns produtos que antes sobravam, se tornem escassos. Noutras palavras, para que todos vivam melhor, não basta distribuir a riqueza existente, será preciso produzir mais.

As concepções equivocadas que citamos acima resultam, entre outros motivos, da confusão entre a geração da riqueza, que se dá no processo produtivo, com a circulação e distribuição da riqueza, que ocorre no mercado.

No capitalismo, se os empresários têm força total, eles não apenas controlam o processo de produção, como se apropriam de quase toda a riqueza produzida.

Por outro lado, se os trabalhadores têm força social e política, mesmo no capitalismo a distribuição da riqueza pode ser menos desigual.

Mas, ainda que os trabalhadores tenham força e imponham uma distribuição menos desigual, interessa aos próprios trabalhadores que se produza mais riqueza.

E se esta produção de riqueza se dá nos marcos do capitalismo, isto quer dizer que

em certa medida interessa aos trabalhadores que haja crescimento e desenvolvimento capitalista…

Claro que isto significa uma contradição, pois o desenvolvimento capitalista gera riqueza a partir da exploração da força de trabalho. Desenvolvimento capitalista pode gerar mais empregos e salários, mas também gera mais exploração.

Por isto, é preciso em primeiro lugar manter sempre vivo o objetivo fundamental de acabar com a base da exploração, a saber, a propriedade privada dos grandes meios de produção e a divisão da sociedade em classes. Somente controlando a propriedade e o processo de produção, as medidas de distribuição da riqueza terão sustentabilidade, durabilidade e produzirão igualdade ampliada.

Em segundo lugar, o Partido dos Trabalhadores deve sempre vincular a defesa de politicas de crescimento e desenvolvimento econômico, com a defesa de fortes políticas sociais e políticas de proteção do trabalho (emprego, salário, jornadas).

Papel dos diferentes setores produtivos

Quando olhamos várias experiências de desenvolvimento capitalista, constatamos que sempre existe uma participação desigual dos setores agrícola, industrial e de serviços, no PIB e no emprego.

A indústria, com seus processos mecânicos, químicos, elétricos e eletrônicos, tem uma capacidade inigualável de gerar riquezas, aumentar significativamente sua participação no PIB e elevar direta e indiretamente o número de postos de trabalho. Aliás, o desenvolvimento capitalista produz uma industrialização dos demais setores produtivos.

Com a agricultura ocorreu justamente o contrário. À medida que se modernizou e ampliou sua produção, para garantir a alimentação e o baixo custo de reprodução da força de trabalho, ela baixou sua participação no PIB e, principalmente, no emprego.

Quanto mais a indústria lhe forneceu máquinas, insumos e tecnologias que permitiram aquela modernização e ampliação da produção, mais ela reduziu o emprego de força de trabalho humano e a participação no PIB.

Esta diferença histórica entre a agricultura e a indústria fica patente quando verificamos que, nos países capitalistas mais desenvolvidos, a sociedade é chamada a subsidiar a agricultura, para que esta continue produzindo e mantendo a seguridade alimentar da população.

Fazer a indústria crescer mais rapidamente significa, basicamente, desenvolver cadeias produtivas adensadas e elevar a produtividade do trabalho. O que só é possível se os diversos ramos e setores industriais competirem entre si, evitando que algumas poucas empresas formem monopólios ou oligopólios.

Dito de outra maneira: sem este subsídio, a agricultura não consegue ser lucrativa para os capitalistas pequenos, médios ou grandes que participam desta atividade.

Podemos generalizar esta situação da seguinte forma: quando falamos em desenvolvimento, a questão chave reside na capacidade de gerar riqueza através do trabalho, bem como na maneira como esta riqueza circula e é distribuída pelos diferentes setores da sociedade.

Modernamente, o ponto central da capacidade de gerar riqueza ainda está localizado na indústria e em seu poder de incorporar trabalhadores, ciências e tecnologias ao processo produtivo.

Sabemos que a introdução de novas tecnologias, processos e matérias primas produz descarte de trabalho vivo. Portanto, o desenvolvimento industrial gera, ao mesmo tempo, ampliação da riqueza social e distorções no processo de distribuição desta riqueza.

Como o capitalismo se desenvolve de maneira desigual e combinada, o que podemos verificar é que países sem indústria, ou com indústrias pouco desenvolvidas, dependem de outros países para sustentar-se, pagando altos pedágios para importar os bens que necessitam.

Se possuem recursos minerais e agrícolas em abundância, conseguem pagar esses pedágios através das exportações desses bens primários, mas isso será sempre uma dilapidação de suas riquezas naturais. Países que não possuem indústrias nem recursos naturais abundantes precisam de enorme criatividade para sobreviver.

Por outro lado, a articulação adequada do crescimento da indústria, agricultura, comércio e serviços é essencial para o desenvolvimento de qualquer país.

Por tudo isto, o Partido dos Trabalhadores deve estimular o estudo e o debate permanente acerca dos movimentos da moeda, do câmbio, das finanças, dos bancos, da inflação, da estrutura da propriedade, da poupança interna, das taxas de investimento e de outros aspectos, em geral relacionados com a chamada macroeconomia.

Só assim o Partido dos Trabalhadores poderá influenciar cada uma destas políticas, e assim incidir sobre o processo de desenvolvimento que está em curso hoje, sob o governo Dilma. Processo que é marcado pela luta entre diferentes posições políticas e ideológicas, que por sua vez refletem os diferentes interesses de classe envolvidos.

Lugar da política industrial

Para que um país realmente se desenvolva, a indústria precisa crescer mais rápido do que os demais setores da economia, porque ela é a que tem a capacidade mais forte de gerar riqueza.

Fazer a indústria crescer mais rapidamente significa, basicamente, desenvolver cadeias produtivas adensadas e elevar a produtividade do trabalho. O que só é possível se os diversos ramos e setores industriais competirem entre si, evitando que algumas poucas empresas formem monopólios ou oligopólios, se as indústrias incorporarem novas e altas tecnologias, elevando consideravelmente sua produtividade, e se a infraestrutura de circulação e distribuição dos produtos industriais for eficiente e de baixo custo, acompanhando a competição e a produtividade industrial.

Nesse sentido, é fundamental que a estrutura da indústria comporte a produção de pelo menos três departamentos articulados.

O primeiro, essencial à constante modernização do parque produtivo, é o departamento de bens de capital primários, que compreende as indústrias que fabricam máquinas e equipamentos capazes de fabricar outras máquinas e equipamentos. Exemplos dessas indústrias são as fábricas que produzem as chamadas máquinas-ferramentas, como tornos, frezadoras, mandriladoras, plainas etc, e seus comandos eletrônicos.

O segundo departamento é o das indústrias de bens de capital intermediários, que fabricam máquinas e equipamentos para a produção de bens de consumo e circulação, a exemplo dos robôs de montagem, trefiladoras de aços, máquinas de injeção de plásticos, prensas etc.

O terceiro departamento é aquele relacionado com as indústrias de bens de consumo, sejam bens duráveis indispensáveis à circulação das mercadorias, como locomotivas, navios, vagões, caminhões etc, e bens duráveis domésticos, como máquinas lavadoras, fogões, geladeiras etc, sejam bens de consumo corrente, como roupas, calçados etc.

Países que não possuem os três departamentos numa proporção adequada, podem até ter uma forte indústria de bens de consumo e de bens de capital intermediários, mas serão eternamente dependentes dos países que fabricam bens de capital primários.

Alguns estudiosos consideram que o parque industrial de um país só atinge sua maturidade se o departamento de bens de capital primários participar com pelo menos 30% da produção total da indústria. E que o valor total dessa produção industrial represente cerca de 40% do PIB.

No final dos anos 1970, a indústria brasileira participava com 33% do PIB. No início dos anos 2000, essa participação caiu a 18%, indicando aquilo que os economistas chamam de desindustrialização.

Ou seja, com a estagnação dos anos 1980 e as políticas neoliberais dos anos 1990, o Brasil regrediu industrialmente. Inúmeras empresas quebraram, outras foram compradas por empresas estrangeiras e suas plantas transferidas para outros países.

Além disso, a infraestrutura de circulação das mercadorias (ferrovias, rodovias, portos, equipamentos de transporte etc) foi sucateada, passando a representar um alto custo a ser agregado ao preço final. O que afetou negativamente a exportação de produtos manufaturados brasileiros, rebatendo ainda mais fortemente sobre a desindustrialização.

A indústria nos governos Lula e Dilma

Num processo que se pode chamar de inercial, a desindustrialização imposta pelas décadas anteriores continuou, apesar da política de aceleração do crescimento econômico adotada pelo governo Lula, a partir de 2005, e continuada pelo governo Dilma.

É importante dizer que até 2005, a hegemonia social-liberal do Ministério da Fazendo e do Banco Central sobre o restante do governo não permitiram a adoção de uma política de aceleração do crescimento.

Mas mesmo depois que esta hegemonia foi atropelada pelos fatos –embora sua influência siga existindo—continuam existindo alguns fatores objetivos, herdados dos períodos de estagnação e de destruição neoliberal, que dificultam o crescimento e o desenvolvimento nacionais.

Em primeiro lugar, a capacidade de planejamento e elaboração de projetos pelo Estado foi quase totalmente aniquilada no período neoliberal.

Os instrumentos de interferência na economia e de execução de projetos estratégicos, as empresas estatais, também foram quase todos privatizados.

Portanto, a capacidade de interferência real do Estado na economia ficou extremamente reduzida, de certo modo obrigando o governo Lula a se voltar prioritariamente para um crescimento baseado na redistribuição de renda através de fortes programas compensatórios e de elevação do salário mínimo.

Desse modo, o crescimento econômico dos anos do governo Lula e do início do governo Dilma teve por base a elevação do consumo das camadas mais pobres da população.

Embora esse tipo de crescimento empurre, em certa medida, a elevação da produção da agricultura e de setores das indústrias, ele encontro seus limites na capacidade instalada, no tempo necessário para a ampliação da produção de alimentos e para o início de funcionamento de novas plantas industriais, de modo a manter um compasso entre o crescimento da demanda e da oferta. Sem este compasso, se a demanda crescer mais fortemente do que a oferta, a tendência é de elevação dos preços e, portanto, da inflação.

Além disso, outro fator de grande influência no processo de crescimento econômico é a grande concentração e centralização da economia brasileira pelas grandes corporações estrangeiras e algumas corporações nacionais.

Dizendo de outro modo, os principais ramos e setores da economia brasileira funcionam em sistema de oligopólio e monopólio, que representa um obstáculo de vulto à entrada de outras empresas concorrentes, estatais ou privadas, nacionais e/ou estrangeiras, e também à queda dos preços.

O cartel da Votorantim e Camargo Corrêa, no setor de cimento, assim como as manobras das montadoras estrangeiras para evitar a instalação de novas plantas automobilísticas, e os expedientes utilizados pelas grandes empreiteiras para dominar todas as obras do país, causando demoras na execução dos empreendimentos, são exemplos dos problemas que a oligopolização e a desnacionalização econômica causam ao crescimento e ao desenvolvimento.

Uma série de outras heranças do período neoliberal não só mantém a desindustrialização inercial, como entravam a retomada da industrialização e do desenvolvimento como um todo.

É o caso da política cambial, os altos juros e o superávit primário, ou âncora fiscal, que têm funcionado como componentes importantes na perda de competitividade internacional da indústria brasileira, e no seu consequente encolhimento.

Nesse quadro, as novas regras do comércio internacional reduziram o grau de proteção da indústria genuinamente nacional, mas permitiram às indústrias estrangeiras aqui instaladas uma série de facilidades nas importações.

Nessas condições, grande parte do empresariado brasileiro tem preferido obter seus lucros no mercado financeiro, ao invés de investir em plantas industriais, que ficaram restritas às empresas que arrancam seus lucros do sistema monopolista de preços administrados.

Portanto, as raízes da desindustrialização estão em fatores estruturais herdados do período neoliberal, que inibem os investimentos na indústria, seja em plantas novas, seja na modernização e expansão de plantas antigas, o que é indispensável para elevar a produtividade e a competitividade, tanto no mercado interno, quanto no mercado internacional.

Os governos Lula e Dilma também só conseguiram resolver em parte o problema dos investimentos estrangeiros.

Ainda hoje não existe adequada distinção entre investimentos diretos estrangeiros, de longo prazo, que deveriam ser voltados para a instalação de plantas novas e/ou expansão de plantas antigas, e investimentos estrangeiros de curto prazo, voltados para ganhos em bolsas de valores e outros sistemas de ações, derivativos, dívidas e rendas financeiras.

Nessas condições, o crescimento do fluxo dos investimentos estrangeiros em relação ao PIB tem se direcionado principalmente para ganhos de curto prazo.

Outra parte do fluxo de investimentos estrangeiros tem se direcionado para a compra de plantas já existentes. Nos últimos anos, 1.167 empresas, que antes eram nacionais, passaram a ser controladas por capitais externos.

Com essa aquisição de ativos nacionais, temos pelo menos quatro tipos de problemas, todos graves do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Primeiro, o fato dos investimentos não se destinarem à instalação de plantas novas, que ampliem a produção. Segundo, o fato de não terem qualquer compromisso legal com a expansão da produção das plantas antigas. Terceiro, intensificarem a desnacionalização. E, quarto, mesmo que vários desses capitais não sejam multinacionais, eles podem agregar maior poder aos oligopólios que já dominam setores inteiros da economia brasileira.

Por tudo isto, o Partido dos Trabalhadores deve externar de maneira clara sua preocupação e seu combate à persistência da herança neoliberal na economia brasileira e as consequências nefastas disto sobre a potência industrial brasileira.

O governo Dilma parece haver se dado conta da necessidade de resolver pelo menos alguns dos problemas estruturais da economia e da indústria brasileira, ao lançar um programa de investimentos para reimplantar a rede ferroviária, ampliar a rede rodoviária, e criar a EPL – Empresa de Planejamento e Logística.

O pacote de investimentos

O governo Dilma parece haver se dado conta da necessidade de resolver pelo menos alguns dos problemas estruturais da economia e da indústria brasileira, ao lançar um programa de investimentos para reimplantar a rede ferroviária, ampliar a rede rodoviária, e criar a EPL – Empresa de Planejamento e Logística.

Esse programa, assim como os demais que serão anunciados, podem representar passos importantes para recuperar parte da experiência histórica de industrialização brasileira, que teve em grupos de trabalho, grupos executivos e empresas estatais de planejamento e execução, os principais instrumentos das políticas de desenvolvimento industrial.

Por outro lado, é preciso ter claro que ainda não se conhece a linha geral adotada pelo governo e não se sabe se esses programas incluirão, além da reconstrução da infraestrutura, políticas industriais claras de adensamento e inovação tecnológica das cadeias produtivas.

Também não se conhece, ainda, a engenharia empresarial do governo no sentido de aumentar a concorrência, reduzir o poder dos oligopólios e a desnacionalização da indústria brasileira, e democratizar o capital, criando um empresariado privado nacional e principalmente reforçando o setor público e estatal.

O modelo de concessões para as ferrovias e rodovias, embora mantenha o dedo do Estado no processo, incorre na ilusão de que o grande empresariado brasileiro seria capaz de se mobilizar amplamente para realizar tal desenvolvimento.

A experiência histórica das eras Vargas, JK e ditatorial militar, demonstra que esse empresariado só sabe funcionar no sistema de cartel e de superlucros, ou na marola desenvolvimentista dos capitais estatais e estrangeiros.

A maior parte dele não tem capacidade empresarial e financeira para tocar os empreendimentos previstos, mesmo com o BNDES financiando 80%.

Eles não se submetem aos riscos do capitalismo. Sua prática tem sido a de pressionar pelo adiamento de licitações e obras, de modo que possam terminar as que estão construindo e tenham condições de obter as novas, impedindo que outras empresas, fora do cartel, participem do processo.

Para superar esse problema, o governo terá que aproveitar sua capacidade de investimento e de planejamento e execução para reforçar a participação estatal e democratizar o capital, abrindo brechas no sistema oligopólico.

Terá que formar empresas de propósito específico, integradas não só por empresas estatais e grandes empresas brasileiras e estrangeiras, mas também por médias e pequenas empresas nacionais.

O mesmo é verdade para a atração de investimentos externos.

Será necessário, por um lado, dificultar ou coibir os investimentos de curto prazo e, por outro, direcionar os investimentos diretos de longo prazo para aqueles setores da indústria brasileira indispensáveis ao adensamento das cadeias produtivas, ao enfraquecimento do sistema de monopólio ou oligopólio, e ao aumento da participação dos capitais estatais e privados nacionais.

Por exemplo, a indústria brasileira deixou de fabricar trilhos, locomotivas e diversos outros equipamentos e componentes indispensáveis ao funcionamento da rede ferroviária.

Então, é preciso tratar desde já, em articulação com a construção das ferrovias, dos elos faltantes dessa cadeia produtiva, incluindo aí investimentos estrangeiros que venham com altas e novas tecnologias, e se associem a empresas estatais e privadas nacionais, com contratos que permitam que tais empresas nacionais se tornem independentes no futuro.

Além disso, temos que enfrentar a suposição irreal de que o Estado brasileiro tem recursos suficientes para colocar, no centro da política de desenvolvimento, os investimentos e os financiamentos públicos, através dos bancos estatais e dos gastos de custeio do governo.

Mesmo que o governo decida aplicar (o que já deveria ter feito) seu superávit primário em investimentos produtivos, isso ainda não será suficiente para transformar o voo de galinha num voo de carcará.

A verdade é que o volume de recursos à disposição do Estado brasileiro, para investir na sociedade, é muito aquém do necessário. O tema da reforma tributária, de caráter fortemente progressivo, preciso ser colocado com ênfase, se quisermos crescimento e desenvolvimento que mereçam tal nome.

Os programas de construção da infraestrutura anunciados são passos estratégicos, mas representam um pequeno percentual dos investimentos que o Brasil precisa para alavancar sua economia. Mesmo pensando conservadoramente, para o país alcançar uma taxa de investimentos de 25% do PIB, precisaríamos investir cerca de um trilhão de reais, ou 500 bilhões de dólares, em 2012 ou 2013. E, nos anos seguintes, elevar esse volume no ritmo de crescimento da economia.

Finalmente, parte considerável dos investimentos públicos, em especial os financiamentos do BNDES, precisam ser direcionados para o desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas, como forma de democratizar o capital e garantir a combinação do desenvolvimento tecnológico com a elevação do emprego, uma contradição cuja solução exige atenção e criatividade.

Do ponto de vista da classe trabalhadora, o desenvolvimento só nos trará alguma vantagem se, além de elevar a luta contra a oligopolização e a desnacionalização, mesmo através das armas do próprio mercado capitalista, consigamos recriar uma classe trabalhadora ainda maior do que a existente no final dos anos 1970.

Vale deixar claro que precisamos recriar uma classe trabalhadora quantitativamente forte que, no processo de aprendizado na luta, se torne também forte organizacional e politicamente.

Resumindo, como disse a professora Maria da Conceição Tavares em entrevista recente, “Você paralisa uma economia com corte de investimento público e alta de juros. É como fechar uma janela puxando um cordão. Mas você não abre uma janela emperrada com um cordão, talvez seja preciso um porrete. No sentido figurado, é claro”.

Poderíamos acrescentar que, mesmo figurativamente, precisaremos de algum tipo de porrete para alavancar novamente a economia, a indústria e a constituição de uma forte classe trabalhadora. O que não é apenas um problema do governo.

É um problema do governo, dos movimentos sociais, da intelectualidade e dos partidos de esquerda, a começar pelo Partido dos Trabalhadores.★

Os programas de construção da infraestrutura anunciados são passos estratégicos, mas representam um pequeno percentual dos investimentos que o Brasil precisa para alavancar sua economia. Mesmo pensando conservadoramente, para o país alcançar uma taxa de investimentos de 25% do PIB, precisaríamos investir cerca de um trilhão de reais, ou 500 bilhões de dólares, em 2012 ou 2013.

A indústria brasileira deixou de fabricar trilhos, locomotivas e diversos outros equipamentos e componentes indispensáveis ao funcionamento da rede ferroviária.

Sonho de Luizianne

Boa parte do "fenômeno" do ascenso do candidato Elmano 13 do PT em Fortaleza tem a ver, mais uma vez, com Luizianne

*Rafael Tomyama**

No primeiro semestre de 2012 a prefeita Luizianne Lins entrou pessoalmente na campanha de conscientização para prevenir uma epidemia de dengue em Fortaleza. Além das ações efetivas casa por casa, a prefeitura organizou eventos nas regionais para chamar a atenção do povo, com a presença da própria prefeita. Em bairros como João XXIII e Messejana, por exemplo, milhares de pessoas se juntaram para assisti-la discursar. Ela repetia uma espécie de mantra: "desejo que o próximo prefeito possa dar continuidade a tudo que temos feito". Do meio do público hipnotizado não se ouvia uma única vaia, só aplausos cada vez mais efusivos a cada obra mencionada: Vila do Mar, os CUCAs, Hospital da Mulher, etc.

Que fenômeno é este?
Quem é esta mulher?

Sob o comando de Luizianne iniciou-se um novo ciclo político no Ceará. Caíram derrotadas as pretensões fisiológicas dos coronéis empresariais, que sempre usaram a política em benefício de seus negócios particulares e de sua trupe.

Ao mesmo tempo, ela generosamente ajudou a projetar outras lideranças políticas. Nem todas lhe reconheceram com gratidão e lealdade. Estas seguem sendo derrotadas: na política e nas urnas.

Fenômeno

Luizianne é simplesmente a "lôra". Assim é conhecida desde quando foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará, nos anos 1990, em plena intervenção do governo Collor na instituição. Passou da condição de líder estudantil à vereadora e à deputada estadual, nos anos seguintes.

Em 2004, na contramão da "política de resultados" da Direção Nacional do PT, de Zé Dirceu e companhia, tornou-se candidata do Partido e derrotou todas as demais forças locais – da direitona truculenta ao elitismo patricinha – para se tornar prefeita da atual quarta maior capital do país.

Na época, Fortaleza estava com o caixa quebrado, com fornecedores à porta cobrando dívidas da ordem de R$ 250 milhões. A gestão do então prefeito Juraci Magalhães freqüentava o noticiário nacional por casos de corrupção que envolviam até desvios nos recursos das merendas servidas às crianças nas escolas municipais.

Depois da reeleição, no primeiro turno, em 2008, Luizianne é a prefeita da cidade com mais de 2,5 milhões de habitantes e orçamento anual da ordem de R$ 3 bilhões, e fecha o balanço com indicadores positivos em todas as áreas: educação, saúde, transporte, habitação, saneamento, turismo, entre outras. Fortaleza, por exemplo, lidera o crescimento de empregos formais no Nordeste.

Certamente tais conquistas estão no contexto do crescimento nacional, a partir da era Lula e da recusa ao receituário neoliberal, mas seria absurdo negar os méritos da gestão petista local. Apesar de todos os perceptíveis avanços, evidentemente, não houve como ser superado o conjunto de problemas globais decorrentes de um modelo de expansão econômica, historicamente concentrador e excludente.

Resposta

Luizianne tornou-se alvo de críticas e baixarias que tentam ridicularizar sua condição de mulher e sua reputação pessoal. Mais do que a tacanhez de uma cultura abertamente machista, o que a direita retrógrada e a versão local da imprensa golpista não podem perdoar é que a gestão Luizianne tenha governado com amplitude na democracia participativa, com distribuição de renda e inversão de prioridades para atender ao povo mais carente e com políticas afirmativas na assistência social, nos direitos humanos e ambientais.

Após queimarem a imagem da prefeita dia e noite, a direita-direita e a direita-travestida-de-esquerda, como se o desgaste fosse algo das circunstâncias e não uma manobra orquestrada, chegaram a tentar incidir sobre o disputa interna do PT, para evitar que o Partido tivesse candidato ou que fosse um fantoche de seus interesses de domínio oligárquico.

Pois eis a resposta que o PT e o povo de Fortaleza estão lhes dando nas ruas. Diziam que o Hospital da Mulher não passava de uma maquete eletrônica e que não seria concluído. Está em pleno funcionamento. Diziam que o PT não teria chances reais de vitória eleitoral. O candidato do PT já está empatado em segundo nas pesquisas. Agora estão mudos.

Aos poucos, o povo vai compreendendo e identificando o candidato que representa o legado de Luizianne e de Lula e optando pela continuidade do projeto das mudanças radicais em Fortaleza.

O sonho de Luizianne é o desejo de cada um e de cada uma que sonha acordado e acordada na ponta da periferia do mundo. ★

***Rafael Tomyama** é militante do PT em Fortaleza

Retomar o projeto popular

Humberto Amaducci, candidato do PT à prefeitura de Mundo Novo (MS)

Mundo Novo é um município sul-mato-grossense no extremo sul do estado (460 km de Campo Grande, capital), às margens do Rio Paraná. Fica na divisa entre Mato Grosso do Sul e o Paraná e na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Com uma população de mais de 170 mil habitantes, é um município eminentemente urbano (90% vivem na cidade). A população é relativamente pobre. O rendimento médio per capita é de R$ 572,00 e 8,5% vivem abaixo da linha da indigência.

A história do município tem uma relação profunda com o PT e em particular com a Articulação de Esquerda. O PT de Mundo Novo nasceu do envolvimento de lideranças da igreja católica com a luta dos trabalhadores rurais sem-terra, especialmente os brasiguaios.

Com esta identificação com as causas populares, em 1996, o PT elegeu Dorcelina Folador prefeita municipal. A gestão de Dorcelina marcou pelo efetivo compromisso com a transparência no trato da coisa pública, bem como com as políticas de redução da pobreza (programas Bolsa Escola e Renda Mínima) e de promoção da participação popular (Orçamento Participativo).

A exitosa gestão incomodou profundamente a classe dominante ao ponto de em 30 de outubro de 1999 a prefeita ser brutalmente assassinada em sua residência. Contudo, a experiência do PT mundo-novense não se resumia a uma liderança. Ela forjou um partido e companheiros e companheiras capazes de sustentar um projeto para o município. E, em 2000, o PT elegeu o companheiro Humberto Amaducci prefeito.

A gestão de Humberto continuou e ampliou as mudanças iniciadas por Dorcelina. Com políticas de apoio à agricultura familiar; à industrialização; o aprofundamento da experiência do OP, chegando a definir 100% do orçamento do executivo municipal, a gestão foi reeleita em 2004.

Entretanto, a experiência de Mundo Novo pelas inovações e ousadias demonstradas no modo petista de governar - invertendo as prioridades com a inclusão social, promovendo a participação popular e uma gestão democrática - arranjou inimigos que viam naquela experiência um perigo pela inspiração que levantava. O combate, sempre duro, levou setores moderados a saírem do PT e com isso perdemos a eleição de 2008, por uma margem pequena, demonstrando que o projeto popular hegemonizava em torno de 50% da cidade.

Agora em 2012 novamente a disputa de projetos está colocada. Humberto é candidato e o PT se propõe a retomar o projeto popular no município. O quadro está polarizado. Disputamos com o atual prefeito, do PMDB. Nossa candidatura majoritária é pura e o vice é um empresário do comércio local, ligado à igreja católica. Estamos coligados somente o PSB, apresentando três candidatos a vereador. Os demais partidos estão coligados com o adversário.

Nossa candidatura tem como pontos fortes um partido organizado e aguerrido, as gestões exitosas já realizadas, o candidato que é respeitado na cidade, uma chapa de proporcionais que conta com o vereador Ravazine, a ex-vereadora Neguinha e lideranças petistas reconhecidas; com um vice amplia nossa inserção para o setor em que atua; e, por fim, Humberto ampliou a inserção junto aos trabalhadores mundo-novenses que trabalham no país vizinho.

Apesar do isolamento imposto pela operação do PMDB, sob o comando do prefeito atual apoiado decididamente pelo governador do Estado, por parlamentares conservadores da região e facilitado pela postura moderada do PT em nível estadual, a candidatura polariza na sociedade pelo seu programa com nitidez ideológica e tem reais chances de vencer a disputa para retomar o projeto popular. ★

Para fazer ainda mais!

Deoclécio Grippa é o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à prefeitura de Sapiranga (RS)

Deoclécio Grippa é o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à prefeitura de Sapiranga (RS) nas eleições de outubro. O candidato a vice-prefeito é Valdir da Luz (PDT). A coligação da Frente Popular Democrática Trabalhista na cidade ainda é formada por mais seis partidos: PTB, PCdoB, PSC, PRB, PSB e PV.

As caminhadas e atos deste início de campanha comprovam que o PT veio para ficar em Sapiranga, já administrada de forma extraordinária nos últimos seis anos por Nelson Spolaor, em um projeto que construiu mais de três mil moradias e também foi apontado como o município que mais investe em educação infantil no RS. Também são conquistas recentes para Sapiranga a Escola Técnica Federal e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h).

Deoclécio quer fazer ainda mais por Sapiranga e traz em si mesmo a marca da determinação e do forte empenho na luta social. Filho de trabalhadores da cidade de Riozinho, tem seu trabalho pautado na defesa de todas as classes. Suas ações em prol da sociedade iniciaram cedo, como líder estudantil, participante ativo de movimentos sociais e como organizador da juventude da Igreja, durante a abertura democrática do Brasil.

Foi carteiro e professor estadual por 10 anos em Sapiranga. Tem 44 anos e é pai de duas filhas. Deoclécio Grippa trabalhou em 2002 no gabinete do então Deputado Federal Ary Vanazzi e na Secretaria da Habitação de São Leopoldo no ano de 2006. Foi Presidente do PT de Sapiranga por dois mandatos. Em 2008 coordenou a campanha vitoriosa que elegeu Nelson Spolaor como Prefeito de Sapiranga, e na Prefeitura Municipal foi Secretário Geral de Governo e de Planejamento Urbano.

Deoclécio atuou decisivamente em todos os projetos da Administração Popular de Sapiranga, com destaque para a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que hoje conta com 600 alunos; o Projeto de Inclusão Digital com Internet Gratuita; na organização da Festa das Rosas; nos projetos de Habitação; Compra Direta e na busca de recursos para os programas sociais de Sapiranga. Foi assim também, quando juntamente com o Prefeito Nelson Spolaor, organizou os empresários para levarem os seus produtos às feiras de calçados, construindo a Mostra do Calçado de Sapiranga, trazendo mais desenvolvimento e geração de empregos para a região do Vale do Sapateiro. Em 2010, concorreu a Deputado Estadual, condição que, com seu trabalho, foi escolhido pelo Governador Tarso Genro para atuar como Secretário-Adjunto da Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento, garantindo recursos de mais de R$ 17 milhões para saneamento e ampliação de redes de água em Sapiranga.

PLATAFORMAS VERMELHAS

Página 13 publica um painel com parte das candidaturas a vereador e vereadora de militantes vinculados à Articulação de Esquerda

Adriano Bueno (Campinas, SP)

Pedagogo formado pela Unicamp, trabalhador da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, ele é militante do movimento negro e rapper (MC). Casado, Adriano Bueno tem quatro filhas.

Campinas é uma cidade rica. Mas esta riqueza está concentrada em poucas mãos. A prefeitura tem grandes recursos. Mas estes recursos não estão distribuídos de maneira igualitária. Há regiões inteiras da cidade que ainda não têm escola, centro de saúde, casa de cultura ou praça de esportes.

A verdade é que não é o povo quem governa Campinas, quem governa a cidade é a especulação imobiliária, alguns grandes empresários que possuem negócios com o setor público e um pequeno número de políticos de direita.

A política em Campinas é dominada por *playboys* que distorcem a democracia para influenciar as eleições, impondo seus interesses com seu poder econômico. Depois, controlam os políticos que eles ajudaram a eleger como marionetes, para favorecer seus negócios. Por fim, como consequência, saqueiam os cofres públicos para receber o "investimento" de volta.

Os *playboys* não sabem o que é trabalhar para sobreviver: eles vivem explorando o trabalho alheio. Lucram com a falta de consciência política do povo e opõem-se ao Hip Hop justamente porque somos capazes de conscientizar a população.

Ainda existe muito preconceito em relação ao Hip Hop. Muitos associam os rappers (MCs) com bandidos. Quem conhece bem o Rap sabe que os manos são na verdade trabalhadores, que sustentam suas famílias com o suor do seu próprio trabalho. Mas nós estamos fora do jogo político institucional, embora tenhamos muita força social.

Quando pensamos na figura típica de um vereador campineiro, pensamos automaticamente em um radialista ou em um pastor evangélico, que é a maioria na Câmara Municipal.

A falta de planejamento e controle social, a má gestão administrativa e a corrupção reduziram a quantidade e a qualidade dos serviços públicos. Exemplos disso pode ser visto na educação, na cultura e na saúde hoje. Mas já houve tempo em que Campinas foi destaque nestas áreas. Mas hoje elas estão na UTI.

Vamos precisar fazer muitas coisas para mudar esta situação. Mas para começar será necessário eleger Márcio Pochmann prefeito e Adriano Bueno vereador.

Aylton Affonso (Santo André, SP)

Morador da Vila Assunção, aos 48 anos, Aylton é arquiteto e urbanista, formado pela Universidade Católica de Santos. Atualmente, cursa mestrado em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC.

Sua militância começou no movimento estudantil na Faculdade Belas Artes. No PT desde 1983, logo se engajou nas lutas dos trabalhadores, estando à frente da mobilização vitoriosa do funcionalismo de Diadema, em 1988.

Servidor concursado na Prefeitura de Santo André desde 1989, Aylton participou com destaque nos trabalhos de urbanização de favelas e de regularização fundiária. Na prefeitura foi Gerente de Urbanização de Favelas e participou da elaboração do Plano Diretor da cidade.

Sempre procurou estimular a organização dos movimentos de moradia na cidade, incrementando sua participação nos programas e ações em que atuava na prefeitura e articulando suas demandas à plataforma da Reforma Urbana. Foi um dos coordenadores do Plano Municipal de Habitação - referência nacional por sua qualidade e pioneirismo.

Aylton Affonso também foi secretário-geral e vice-presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de SP, atuando em campanhas salariais e no Movimento Nacional pela Reforma Urbana. No momento, é diretor (licenciado) do Sindicato dos Servidores Públicos de Santo André, atuando na defesa do serviço público e dos servidores municipais.

A luta por uma cidade mais justa e democrática, social e ambientalmente sustentável, estará no centro de sua atuação. Para isso ele defenderá, entre outras propostas: a ampliação do acesso à moradia, combatendo a especulação imobiliária que inflaciona o preço das terras e dos imóveis; por mais investimentos em urbanização, regularização fundiária e aquisição de terras para produção habitacional; prioridade ao transporte coletivo de qualidade e alternativas, como as ciclovias, para superar a calamidade do trânsito na cidade; ampliação e valorização dos espaços públicos, incentivando o convívio social e as práticas culturais e esportivas.

A revitalização dos centros de bairro e o estímulo ao comércio e serviços locais; a plena implementação do SUS, com qualidade e a valorização do serviço público e dos servidores municipais; a radicalização da participação popular na gestão e planejamento da cidade, desde o bairro, e o controle social das políticas públicas, também estão dentre suas propostas.

Eleger Aylton Affonso vereador é eleger um socialista convicto, que colocará seu mandato a serviço das lutas e da organização popular. E eleger Carlos Grana prefeito

é retomar Santo André para o rumo do desenvolvimento com democracia e justiça social. Saiba mais sobre AYLTON AFFONSO pelo site: www.ayltonaffonso.com.br

Celso Andreon (Cariacica, ES)

Um mandato popular e democrático. Este é o foco das nossas propostas. Sou morador de Cariacica, município do Espírito Santo, há 39 anos. Conheço bem as carências e potencialidades da nossa gente e do nosso município. E o envolvimento e a participação efetiva na vida das comunidades, nas pastorais e movimentos sociais me fizeram compreender que a política deve ser entendida como a arte do bem comum.

A decisão de concorrer a vereador é fruto do desejo de dias melhores para nossa cidade que espera por políticas que garantam uma vida digna e justa. Acredito que tenho as características necessárias para assumir uma das 19 cadeiras do nosso legislativo municipal.

Sou formado em Ciência Política e conheço bem as responsabilidades e os desafios que envolvem um mandato. Atuei na coordenação da equipe do mandato da senadora Ana Rita (PT) e vivi na prática o dia a dia de um legislador.

Nossa trajetória de vida é marcada por uma caminhada de fé que baseia minha atuação e meus princípios, e pela dedicação à formação humana e social das lideranças da cidade e do campo. Por isso, cultivo uma ampla capacidade de diálogo com os mais diferentes setores da sociedade.

É por estes elementos que acredito na força popular e na conscientização política como instrumentos de mudança, e que assumo o compromisso com a defesa e a promoção de políticas públicas que atendam às necessidades das famílias cariaciquenses, da juventude e da pessoa idosa.

Temos em nossas mãos o poder de mudar a história de Cariacica, onde o desenvolvimento sustentável, econômico e social, a cultura, a educação, a saúde e a segurança pública sejam realidades presentes na vida de todos e todas.

E para isso, pretendo promover um mandato parlamentar popular, participativo e democrático, por meio de uma assessoria qualificada técnica e politicamente, que atenda aos anseios das comunidades e da cidade, assegurando governabilidade.

Também almejo realizar um mandato que esteja em permanente diálogo e escuta das necessidades dos cidadãos de Cariacica para assim elaborar projetos de lei que sejam resultados de debates e intervenções com os diversos setores da sociedade cariaciquense.

Você pode conferir os detalhes de nossas propostas e também acompanhar as notícias da nossa campanha por meio do nosso blog: www.celsoandreon13200.com

Professora Denize (Ponta Porã, MS)

Denize Silva de Oliveira, 58 anos é professora da rede estadual em Ponta Porã. Casada, mãe de dois filhos, foi vereadora na Legislatura de 2001 a 2004. Seu desempenho na Câmara Municipal de Ponta Porã sempre foi firme e programático.

Em 2006, a professora Denize dirigiu o Sindicato Municipal dos Trabalhadores de Educação de Ponta Porã (Simted) e a partir de 2008 presidiu o Conselho Municipal do Fundeb.

Atuante nos movimentos sindicais e sociais, a professora Denize sempre lutou pela educação pública de qualidade, justiça social, respeito ao próximo e valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nestas eleições, se coloca mais uma vez como candidata a Câmara Municipal de Ponta Porã por acreditar que é mais uma trincheira que deve ser ocupada pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras para potencializar suas lutas na conquista de direitos.

Com a experiência acumulada das lutas sociais e no Legislativo vai fazer um mandato participativo, onde a população possa decidir o destino dos recursos públicos e ajudar a fiscalizar as contas do município.

O primeiro contato da professora Denize com a política foi no movimento estudantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1975, durante o período da ditadura militar. Ela lutou contra a Política Educacional do Governo de cobrar o investimento feito na educação pública superior.

Em 1979, envolveu-se na luta pela moradia em um conjunto habitacional no bairro de Irajá, no Rio de Janeiro.

Denize se formou em Matemática em 1980. Em janeiro do ano seguinte mudou para Ponta Porã.

Ainda em 1981 começou a trabalhar como professora da rede estadual. De 1982 a 1989 esteve como professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), na unidade de Ponta Porã, sempre participando da luta dos jovens e dos professores pela implantação definitiva do ensino superior público gratuito.

Denize participou da antiga Associação de Professores e da formação do Sindicato, geralmente alinhando-se com a oposição. Em 2000, apoiou a chapa de oposição que obteve 30% dos votos. Já em 2003, os opositores, com apoio da Denize, conseguiram 40%.

Em 2006 disputou novamente a direção do Simted ao cargo de presidenta. Venceu a eleição e, desde então, tem dirigido as lutas dos trabalhadores em educação das redes públicas em Ponta Porã.

Durante a campanha salarial de 2012 integrou a Comissão de Negociação da Fetems com o Governo do Estado e Assembleia Legislativa.

Filiou-se ao PT em 1988 e participou da campanha do Lula em 1989. A partir de 1999 integrou o grupo de militantes que apoiavam a candidatura do Padre Moacir e por conta desse compromisso concorreu ao cargo de vereadora, sendo eleita em 2000.

Nas eleições de 2000, o PT também conquistou o cargo de prefeito e mais um cargo de vereador em Ponta Porã. No exercício do mandato foi apoiada pela Articulação de Esquerda e passou a ser militante orgânica da corrente. Hoje é membro da DNAE.

Deodato José Ramalho Júnior (Fortaleza, CE)

Nascido em Boa Viagem (CE), Deodato José Ramalho Júnior é oriundo de família com tradição política. Ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT) em 1987, e integra, atualmente, o Diretório Municipal de Fortaleza.

Deodato é um dos fundadores do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem e militante do movimento pela democratização dos meios de comunicação, tendo sido um dos pioneiros no Ceará a lutar em favor da difusão das rádios comunitárias.

Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor), militou no movimento estudantil, tendo sido um dos fundadores do Centro Acadêmico Pontes de Miranda

Atuou como Conselheiro e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Ceará (OAB/CE) entre os anos de 1994 e 1997, chegando a vice-presidência da OAB/CE no triênio 2003/2006, sendo também, neste período, o idealizador e primeiro Presidente da Comissão de Defesa da Moralidade Pública.

Como bancário integrou os quadros do Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC e do Banco do Brasil S.A., compondo, depois de formado, o quadro de advogados da instituição, exercendo suas atividades na Assessoria Jurídica Regional – AJURE, no Estado do Ceará.

É membro fundador da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); foi chefe da Assessoria Jurídica da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE) e coordenador do Escritório de Defesa dos Direitos Humanos Frei Tito de Alencar, da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (AL-CE). Também exerceu o cargo de Procurador Geral do Município de Fortaleza, no biênio 2005/2006.

Como gestor, foi Secretário Executivo da Secretaria Regional IV do Município, nos anos de 2006 e 2007, e também Secretário do Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM), entre maio de 2009 e abril de 2012, nas duas gestões da atual prefeita Luizianne Lins.

Na SEMAM desenvolveu intenso trabalho de defesa do meio ambiente, de combate às poluições sonora e visual e de recuperação do poder de regulação do Município, o que lhe rendeu amplo reconhecimento da sociedade fortalezense.

Para saber mais sobre as propostas e campanha de Deodato 13813 Vereador do PT em Fortaleza acesse o site: www.deodato.org.br

Dolores (São Leopoldo, RS)

Dolores é uma companheira de luta, guerreira e desde cedo sentiu a opressão capitalista. Oriunda de família com parcos recursos saiu do campo em busca de oportunidades e, para isso, trabalhou como babá, copeira e vendedora. Casada com o líder comunitário Aristino, é mãe de Júnior e Julian.

Como catequista, conheceu padre Orestes, e iniciou sua militância pela construção dos diques e condições de moradia. Nascia sua luta nos Movimentos Sociais. Com Vanazzi, na década de 90, viu no PT a ferramenta da mudança.

Trabalhou na Secretaria Estadual de Habitação, quando Vanazzi foi secretário. Na vitória da Frente Popular, em São Leopoldo, em 2004, elegendo o prefeito Vanazzi, Dolores foi chamada por ele para coordenar a Relação Comunitária da Secretaria Municipal de Habitação. Em 2008, ajudou a construir a reeleição de Vanazzi, com 77,4% dos votos e, candidata a vereadora, conquistou a suplência, atuando durante 3 anos e 3 meses.

Construiu o Mandato Popular, sendo representante dos Movimentos, da classe trabalhadora e do povo pobre da cidade. Teve coragem de defender bandeiras e apresentar projetos que enfrentaram os grandes capitalistas da cidade, deixando de abrir vagas de emprego, explorando os funcionários com sobrecarga horária, sobrecarga laboral e estresse. E também o projeto de lei do Passe Livre a idosos de 60 a 65 anos, que enfrentou as grandes empresas de transporte da cidade. Foi uma vereadora extremamente atuante, sendo o elo entre os Movimentos e o governo.

Em 2010, coordenou na cidade a campanha da companheira Ana Affonso para deputada estadual, que foi a candidata mais votada em São Leopoldo, com 19.846 votos. Contribuiu fortemente também na campanha a deputado federal do companheiro Marcon, construindo a AE e o PT, para o fortalecimento da esquerda na luta de classes.

Este ano, é a candidata prioritária da AE em São Leopoldo, por sua história, pelo reconhecido mandato e por tudo que representa. Por habitação, regularização fundiária, produção e infraestrutura.

Nenhuma criança sem vaga na educação infantil, educação integral e educação popular. Esporte como inclusão social, lazer e saúde e investimento nos atletas do município. Uma cidade e uma sociedade com direitos humanos, igualdade e dignidade. Na luta pelo socialismo, um mandato com a cara do povo!

Edivan França (Parnaíba, PI)

Edivan França, 36 anos, é casado e tem uma filha. É fotógrafo profissional e preside o Diretório Municipal do PT de Parnaíba, segunda maior cidade do Piauí.

Militante histórico do PT, iniciou sua trajetória como catequista na capela de nossa Senhora do Perpetuo Socorro (Comunidade Cajazeiras, bairro São José) em 1992. Participou da Pastoral da Juventude da Igreja Católica, da qual foi o coordenador Diocesano. Aos 18 anos foi indicado pela Cáritas brasileira para coordenar o Programa Alimento Por Trabalho das Nações Unidas, PMA-ONU/Diocese de Parnaíba, atuando em mais de 20 municípios.

Coordenou a instalação do Projeto de Inclusão Digital Casa Brasil, no bairro São Vicente de Paula. Os resultados alcançados pelo projeto foram reconhecidos pela coordenação nacional que, em 2009, indicou Edivan para coordenar a regional Piauí/Maranhão.

Atualmente, organiza os trabalhadores em coleta de matérias recicláveis e participa ativamente de muitas lutas em Parnaíba em favor dos direitos humanos. Edivan acredita que só a luta em defesa da inclusão social pode levar à construção de uma sociedade Justa, Igualitária e Fraterna.

Ao lado do companheiro Florentino Neto,

candidato a prefeito pelo PT, Edivan pretende defender as bandeiras da educação inclusiva e do respeito à mulher, ao jovem e à diversidade, priorizando a participação popular, a valorização da cultura e a defesa do meio ambiente.

Elias Ishy (Dourados, MS)

Candidato à reeleição, Elias Eshy acredita na força da luta social e política. Formado em direito e funcionário da Caixa Econômica Federal há 31 anos, iniciou sua militância na Igreja Católica. Já fez parte da direção estadual da CUT e foi presidente do Sindicato dos Bancários, do Comitê de Defesa Popular e do PT.

Elias Ishy está em seu terceiro mandato como vereador e tem uma grande trajetória de ação em prol de Dourados. Seus mandatos sempre foram abertos à participação popular. É o vereador que mais realiza audiências públicas na Câmara Municipal para tratar de temas como meio ambiente, saúde, educação, juventude, economia solidária, segurança, infraestrutura etc.

Seus projetos, requerimentos e indicações visam contribuir com a transparência e controle social dos poderes Executivo e Legislativo; a realização de serviços públicos de qualidade; e atender as mais variadas demandas da população douradense como as ligadas às causas indígenas; cultura; agricultura familiar; desenvolvimento local; as das colônias dos povos paraguaios e japoneses; juventude e idosos; habitação etc.

Com forte atuação nas questões do meio ambiente, é autor da lei que proibiu as queimadas de cana, resultado de um amplo debate com a participação ativa dos movimentos sociais e entidades organizadas.

Sua nova candidatura visa a continuação dessa luta, que faz parte de um imenso e solidário projeto coletivo que está sendo construído há um longo período e que inclui a população como um todo, mas prioritariamente os que mais necessitam. Ou seja, o povo, tão carente de boas políticas públicas, que podem garantir os direitos fundamentais a uma vida plena e com qualidade de vida.

A manutenção e ampliação de seus compromissos nesta nova etapa partem da premissa de que as grandes mudanças na política e na sociedade só acontecem quando há forte pressão social, fruto da organização de mobilizações populares. Por isso, o mandato continuará buscando apoios e fazendo alianças com os movimentos sociais, instituições e entidades organizadas da sociedade civil.

Elias Ishy quer ser reeleito para continuar a levantar as bandeiras da transparência no poder público; do controle social; e, da participação social; mantendo seu papel fiscalizador, sua independência política e sua aliança com o povo.

Se você quiser saber mais sobre o candidato entre na página: http://eliasishy13234.com.br

Erinaldo Rodrigues Verdeiro (São Mateus, ES)

Natural de Nova Venécia (ES), Erinaldo tem 38 anos, é casado e tem três filhos. Passou a infância no Distrito de Nestor Gomes (Km 41), no município de São Mateus, onde concluiu o ensino fundamental e frequentou a comunidade católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Erinaldo sempre foi lavrador, como meeiro, diarista, boia fria, e no final da década de 90 ingressou no MST na ocupação que deu origem ao Assentamento Zumbi dos Palmares, onde é assentado e membro da Coordenação, praticamente desde o início.

Cursou o ensino médio no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), no Rio Grande do Sul. Atuou na Direção Regional e Estadual do MST Capixaba, e contribuiu na Coordenação do Centro de Formação Maria Olinda – Ceforma (antigo Cidap, Km 44).

Durante sua militância participou ativamente de diversas Marchas Nacionais e Estaduais do MST, da Marcha Popular pelo Brasil em 1999, além, é claro, de ocupações e mobilizações diversas em defesa da Reforma Agrária e dos Direitos dos Trabalhadores e sempre lutou também pela educação nas escolas dos assentamentos em estruturas adequadas e dignas para o aprendizado.

Erinaldo é filiado ao PT em São Mateus mais recentemente, mas sempre acompanhou de perto a política no município. É uma pessoa simples, sempre disponível para as batalhas da vida, tendo como princípios a solidariedade, a dedicação ao trabalho militante, a amizade, o companheirismo e a justiça.

São essas características que fizeram com que tenha sido o escolhido por importantes lideranças de Movimentos Sociais Populares do Campo e da Cidade no Município para representar um Projeto Democrático e Popular na Câmara de Vereadores de São Mateus.

Isaías Dias (São Paulo, SP)

Ele é bancário e militante dos direitos da pessoa com deficiência e como vereador que construir um mandato popular fortemente vinculado às lutas da população trabalhadora e dos setores que sofrem com a discriminação e a exclusão social na cidade de São Paulo. Isaías Dias está em campanha para a conquista de um mandato popular, democrático e firme na garantia dos direitos dos cidadãos e cidadãs paulistanos.

Isaías sabe como é difícil não ter garantidos nossos direitos como cidadãos e cidadãs. Aos nove meses de idade foi acometido pela poliomielite e desde então precisa de auxílio de equipamentos especializados para se locomover. Mesmo assim, iniciou sua carreira como trabalhador bancário em 1981, no Banco Real, do qual foi demitido em 1986 por participar da greve geral daquele ano.

Em 1988, por meio de concurso publico, se tornou funcionário do Banespa. Como membro do Comando Nacional do Banespa, participou ativamente da luta contra a privatização do banco e em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Foi diretor da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa (Afubesp). Como coordenador do Coletivo Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT-SP, ajudou a organizar o coletivo nacional da central, fundado em 2007.

Representando a CUT, tornou-se membro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) em 2003, do qual foi vice-presidente entre 2009 e 2011.

Sua trajetória lhe deu muita experiência e condições de agir na construção de uma cidade igualitária, justa e inclusiva. Isaías Dias sabe como foi duro construir e conquistar os avanços existentes, e que tenham como garantia a qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs com e sem deficiências.

São Paulo precisa de um mandato popular que esteja ao lado do povo trabalhador, sobretudo a população que mais sofre com a exclusão. Na Câmara Municipal, é preciso lutar por uma legislação inclusiva, que promova a acessibilidade e o direito à cidade; que garanta mais investimentos no metrô e a adaptação dos ônibus para as pessoas com mobilidade reduzida; que promova igualdade com o respeito à diferença; que garanta um desenvolvimento descentralizado da cidade, fazendo com que os bairros da periferia tenham mais qualidade de vida, oportunidades de trabalho e emprego, educação, saúde, cultura e lazer; que combata os projetos que servem apenas aos interesses da especulação imobiliária e lute por tarifas justas de água e luz.

Gilberto Paixão (Teresina, PI)

Gilberto da Paixão Fonseca é secretário-geral licenciado do Sindicato dos Comerciários de Teresina, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores-Piauí e da Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços (CONTRAC'S). Filiado ao PT é uma das lideranças da Articulação de Esquerda, sendo candidato a vereador de Teresina com o apoio da tendência.

Iniciou sua militância na política no Sindicato dos Comerciários, na década de 80. Hoje, Paixão é um representante autêntico da classe trabalhadora e dos movimento sociais organizados de Teresina, como os trabalhadores Rodoviários, Comerciários, Construção Civil, Condomínios, Confecções, Autoescolas, Domésticas, Ferroviários, Previdenciários, Asseio e Conservação, Vigilantes, Movimento dos Sem Terra, dentre outros.

Autêntico porque defende com unhas e dentes os trabalhadores e as trabalhadoras e a luta contra a exploração e discriminação a que são submetidos.

Paixão vai lutar pela criação de creches municipais no centro e nas comunidades e apresentar projeto de lei indicativo ao Executivo de combate à violência contra as mulheres, além de propor uma campanha municipal permanente contra todo e qualquer tipo de discriminação contra a mulher. Outro projeto é capacitar mulheres líderes das comunidades para que identifiquem situações de violência doméstica e de gênero e orientem as vítimas.

Paixão, também, tem um compromisso histórico com a zona rural. Além da pavimentação asfáltica das principais vias de acesso à zona rural e saneamento básico, vai lutar para garantir centro de produção e qualificação para famílias de agricultores.

Outro compromisso é com a educação pública de qualidade e com a formação integral da pessoa humana, destinada à realização de sua atividade crítica e transformadora na sociedade.

Paixão defende uma economia que estimule a produção de bens e possibilite a eliminação da pobreza e da desigualdade social e que privilegie o trabalho e a qualidade de vida do povo teresinense.

Na Câmara Municipal vai propor políticas públicas efetivas que combatam o preconceito e promovam a valorização e o respeito à diversidade cultural, étnica, à orientação sexual, gênero, crença religiosa, idade e classe social .

Além disto, vai apresentar projeto de fortalecimento da democracia popular participativa.

Defende a saúde de toda a população. Deve implementar políticas públicas de atenção básica como forma preventiva, ampliando e melhorando programas de saúde familiar.

Lutará por uma política de meio ambiente que defenda nossa biodiversidade e que garanta o pleno uso de nossas riquezas naturais em benefício do nosso povo.

Fortalecerá os espaços de trocas culturais promovendo o acesso popular aos teatros, cinemas, exposições, sinfonias, amostras, apresentações folclóricas e festas tradicionais que celebrem a vida, a luta, a solidariedade e a diversidade do povo teresinense.

Iran Barbosa (Aracaju, SE)

Iran Barbosa, o professor Iran, sempre lutou e esteve ao lado dos trabalhadores, das trabalhadoras e do povo. Filho de uma família de trabalhadores, nasceu em Aracaju e foi aluno do Colégio Presidente Vargas e da Universidade Federal de Sergipe, onde se formou em História e em Direito.

Ainda muito jovem, escolheu ser educador. É professor da rede pública e conhece a realidade da sala de aula, do salário baixo, do ônibus lotado, das dificuldades enfrentadas pelo povo.

Dirigiu o Sintese, de 1995 a 2007, liderando os professores no enfrentamento a sucessivos governos autoritários, destacando-se como uma liderança sindical competente e de coragem.

Elegeu-se vereador de Aracaju em 2004. Teve atuação destacada. Foi Presidente da Comissão de Educação e Direitos Humanos e fez de seu mandato uma referência política para os trabalhadores e os movimentos sociais.

Em 2006, foi o único parlamentar federal eleito pelo PT de Sergipe. Na Câmara Federal, foi um dos maiores especialistas em educação e o único sergipano a fazer parte da Comissão de Educação e Cultura.

Iran foi considerado o Deputado dos Professores e da Cultura; dos trabalhadores da cidade e do campo; dos aposentados; dos servidores públicos; dos jovens, dos idosos e das mulheres; do meio ambiente; dos direitos humanos e de tantas outras frentes de luta.

Atento aos grandes temas, assegurou a conquista do Piso Salarial para os professores de todo o Brasil, combatendo todas as formas de exploração de crianças e adolescentes e se opôs ao projeto de transposição do Rio São Francisco.

Iran defendeu a redução da jornada de trabalho; a proteção dos direitos dos trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público e o respeito aos portadores de deficiência, aos negros, às populações LGBT's e às minorias.

Foi autor de inúmeros projetos, inclusive da proposta que transforma a cultura em direito social e cria o Sistema Nacional de Proteção aos salários e demais direitos dos trabalhadores.

Foi coordenador nacional da Frente Parlamentar da Terra; representa, em Sergipe, a Frente Nacional em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e a Frente pela Cidadania LGBT. Sempre combateu o latifúndio e a corrupção, luta pela reforma agrária e pela taxação das grandes fortunas.

Preocupado com as necessidades do povo de Sergipe, conquistou recursos fundamentais para o Estado. Integra e defende o projeto de mudanças para Sergipe de forma coerente e resistente, sem nunca perder de vista que a política é um instrumento de transformação social.

Lúcio Dias (Soledade, RS)

Carteiro de profissão, militante das causas populares, sonha e luta por uma cidade democrática, onde as políticas públicas sejam voltadas para o desenvolvimento e pela qualidade de vida.

Lúcio Dias lutará por políticas públicas para a juventude, pela cultura, pela educação (UERGS), pelo desenvolvimento sustentável. Ele tem garra, fé e coragem! Tem a vontade de fazer uma Soledade melhor.

Mara Emília (Goiânia, GO)

Ser mulher, mãe, negra, jovem e trabalhadora me moldou na luta por direitos humanos: igualdade, respeito e dignidade têm sido minhas características e meus desafios ao longo do tempo.

A compreensão de que é preciso lutar para transformar a vida veio ainda no trabalho das feiras Hippie e da Lua; seguindo nesta convicção, ingressamos na luta contra o sucateamento das universidades e escolas técnicas federais na então Escola Técnica, hoje IFG durante o Governo FHC. Foram os estudos que me possibilitaram sair da exclusão imposta aos filhos da classe trabalhadora para o mundo que questiona a opressão na sociedade.

Seguindo a caminhada, aprendi, ainda na Escola Técnica, a arte do Teatro, da Dança, da Música, do Cinema, das Artes Plásticas e, enfim, da Literatura. Arte fecunda a sensibilidade. E, então, mais passos para encontrar a beleza da língua e tudo que dela e por ela pode ser construído e desconstruído. Ao caminhar no Campus II, fui coordenadora do CA de Letras e realizamos o I Encontro Goiano de Estudantes de Letras (I EGEL).

E ao mundo cabe poesia, mesmo na dureza, na adversidade, e assim encontramos o PT, não o puramente governista, mas o PT que a gente acredita, síntese poética das lutas sociais pelo poder. Poder ter direitos, ser respeitada, exercer minha emancipação, em oposição à violência, exploração e discriminação sob a qual se encontram a maioria de nossas mulheres e homens; crianças, jovens e idosos. Semelhança e identificação de quem tem lado nas batalhas, esta sou, Mara Emilia, esse é o meu partido, o Partido dos Trabalhadores. Persistência, teimosia contra corrente estabelecida desde nosso nascimento.

Sabendo que é preciso sonhar, mas ninguém sonha com fome; não só de comida, mas também de cultura, cidadania, direitos humanos, saúde, educação, mobilidade, lazer, segurança, emprego, esporte entre outros. Sonhar com construções humanas coletivas nos espaços publicos é fundamental para diminuir as questões de violência e até questões de saúde mental, além de drogas nas diversas juventudes existentes em nossa cidade.

No sistema de transporte e infra-estrutura em Goiânia, podemos ver que pelo menos uma coisa esses pontos possuem em comum: o caos! Enfrentar as empresas de transporte e da construção civil, que lucram as custas do sofrimento do povo, é o dever de todo vereador comprometido com as causas populares e os movimentos sociais. Ou seja, lutar pelo fim do monopólio do transporte coletivo, bem como contribuir para implantar uma política de planejamento urbano que atenda aos interesses da maioria da povo Goianiense.

É longa a discussão, e são muitas as pautas da Goiânia Sustentável que queremos SEM MEDO DE SER FELIZ, mas é dever de quem disputa uma eleição apresentar propostas e entendimentos para os problemas de nossa cidade.

Essas são nossas marcas, esses são nossos sonhos, essas são nossas histórias de mulheres e homens cada vez mais presentes na luta diária da classe trabalhadora, com Alegria e Esperança e até a vitória, que para nós não significa apenas uma eleição de vereadora, mas uma Goiânia solidária, justa, fraterna e igualitária.

Marcel Silvano (Macaé, RJ)

O macaense Marcel Silvano é militante e dirigente partidário desde 2002. No momento em que o PT precisa reafirmar seus princípios ideológicos e políticos, é importante eleger lideranças como ele, que vivencia os valores indispensáveis voltados para a busca de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

Formado em jornalismo, Marcel Silvano é defensor da comunicação crítica, conscientizadora e libertária. Por isso, como assessor do mandato do vereador Danilo Funke (PT) lutou para que a Câmara de Vereadores de Macaé transmitisse as sessões na internet, em nome da transparência que deve marcar as ações públicas.

Como coordenador da Pastoral da Juventude realizou um trabalho em várias cidades estimulando jovens a serem protagonistas dentro da Igreja e na sociedade. Como morador do Novo Cavaleiro, reivindicou o fim dos alagamentos; como cidadão, defende o esporte, a cultura a paz em um município onde o extermínio de jovens é gritante.

Atualmente, Marcel coordena o Movimento Fé e Política na região, e é uma das mais expressivas lideranças jovens já vistas em nossa cidade. Como vereador, pretende levantar no campo institucional as bandeiras específicas da juventude e lutar por políticas públicas que resgatem a dignidade do cidadão.

Prof. Maurílio Gajão (São José dos Campos, SP)

São José dos Campos, hoje com cerca de 650 mil habitantes, é uma das maiores cidades do estado de São Paulo, tendo se consolidado como polo de desenvolvimento científico e tecnológico, com a atração de várias empresas que atuam na área aeroespacial e de defesa. Apesar da riqueza da cidade, os 16 anos de administração do PSDB não foram capazes de resolver os principais problemas sociais que afligem seus moradores, em particular os mais pobres. Em

2012 o PT tem a chance histórica de voltar a administrar a cidade (que já foi governada por Angela Guadagnin no período de 1993-1996), com a candidatura do dep. federal Carlinhos Almeida (PT), que disputa a prefeitura pela terceira vez consecutiva. No momento em que este artigo é redigido, o Ibope divulga sua segunda pesquisa de opinião dando 50% das intenções de voto ao candidato do PT, contra cerca de 30% obtidos pela soma dos seis outros candidatos.

Esta clara insatisfação da maioria da população joseense com este passivo social legado pelo PSDB poderá contribuir ainda para a ampliação da bancada do PT na Câmara Municipal, passando dos atuais quatro, para cinco ou seis vereadores na próxima legislatura.

É neste contexto que a Articulação de Esquerda lança pela segunda vez a candidatura do companheiro Maurílio Gajão. Sua militância política e social teve início no movimento estudantil. Em seguida, já como trabalhador da Avibrás na década de 1980, elegeu-se diretor do Sindicato dos Metalúrgicos. Na década de 1990 tomou parte na administração petista da cidade, bem como na coordenação política do combativo mandato do vereador Mauro Kano (PT). Após formar-se em Ciências Sociais, Gajão passou a trabalhar como professor na rede estadual, onde ensina Sociologia, e, como servidor da rede municipal, no ensino de História e Geografia. Atualmente compõe a direção do Sindicato dos Servidores Municipais de São José (Sindserv).

A candidatura Maurílio Gajão vem conseguindo se destacar entre as demais candidaturas do PT, seja pelo conteúdo programático apresentado em seus materiais de campanha, seja pelo leque de apoiadores que conseguiu aglutinar, envolvendo lideranças de movimentos sociais, da juventude, sindicalistas, em particular entre os professores e demais servidores municipais. Sua plataforma de campanha tem como foco, além da valorização do servidor e da qualidade da educação pública oferecida pelo município, a participação popular e a construção de um mandato participativo, sintonizado com a luta dos movimentos populares e com os interesses dos trabalhadores.

Mauro Batista, o Mauro do Atlântico (Aquidauana, MS)

Desde muito jovem ele já auxiliava seu pai no pequeno comércio no setor de açougue no Mercadão Municipal de Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, tanto que aos 17 anos assumiu definitivamente o comércio. E há 12 anos iniciou sua militância no PT.

Atualmente é supermercadista bem sucedido na cidade, e colocou seu nome para representar os trabalhadores e trabalhadoras na Câmara Municipal por entender que estes precisam ter voz para defender políticas públicas que resgatem a sua dignidade.

A partir do momento em que a candidatura foi definida os militantes e simpatizantes iniciaram uma série de reuniões para pensar e discutir as propostas, planejamento e outras situações, caracterizando a prática democrática da Articulação de Esquerda de decisão coletiva, com ampla participação.

As plenárias indicaram propostas para a área da saúde, da educação, do meio ambiente, planejamento urbano e rural, esporte e lazer, turismo, comunidades indígenas e outras questões que estão surgindo como necessidades apontadas pelos nossos colaboradores e colaboradoras.

Na construção coletiva do projeto da candidatura, dentre as propostas a serem defendidas, destacam-se: políticas públicas consistentes que melhorem as condições de vida das pessoas e resgatem a sua dignidade; planejamento da cidade e do campo promovendo a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente.

Também fazem parte das propostas de Mauro Batista (Mauro do Atlântico) a valorização dos servidores públicos municipais por meio de planos de cargos e carreiras e qualificação para o desenvolvimento de suas funções e, por fim, o fortalecimento das relações com as instituições educacionais, especialmente, da área da educação profissional de nível médio e ensino superior para consolidar a cidade como polo educacional de excelência.

Modesto (Três Lagoas, MS)

Modesto é formado em Fisioterapia (UEL) e Ciências Biológicas (UFMS), tem especialização em Pneumologia Sanitária (Fiocruz) e o curso de "Gestão em Saúde Pública", também pela Fiocruz.

Na área da saúde, foi Conselheiro Municipal (1999-2000) e atua há 17 anos nos Programas Municipais de Controle de Hanseníase e Tuberculose da Secretaria Municipal de Saúde. Desenvolveu juntamente com os médicos especialistas e com as equipes das UBSs, ESFs e EACSs, trabalho reconhecido dentro e fora do município de Três Lagoas, alcançando resultados expressivos nas metas de cura, de controle ou no enfrentamento a todo tipo de preconceito em torno dessas doenças.

Tem uma atuação em favor da defesa dos interesses do funcionalismo público, seja nos momentos de luta por melhorias salariais ou do PCCS, como também pela qualificação de nossa representação Sindical. Participou da última eleição do SSPM como candidato a presidente e teve expressiva votação.

Teve intensa participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), onde pode fortalecer os valores cristãos da justiça, fraternidade, solidariedade e a opção preferencial pelos pobres.

É militante do Partido dos Trabalhadores desde 1982, Secretário de Formação Política do DM do PT e colaborador da construção do Partido, instrumento legítimo de defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

É casado com a professora Cristina Modesto e pai de Pedro Miguel.

Múcio Magalhães (Recife, PE)

Candidato à reeleição, Múcio Magalhães coloca-se novamente à disposição do povo recifense para continuar construindo um mandato popular.

Sempre em defesa da classe trabalhadora, dos menos favorecidos e mais oprimidos, Múcio possui uma trajetória política forjada na luta. Sua militância política e nos movimentos sociais começou no início da década de 1980. Mas só em 2008 concorreu a um cargo político. Foi eleito o vereador mais votado do PT no Recife com 9.990 votos. Assumiu a presidência da Câmara Municipal do Recife nos dois primeiros anos e atualmente preside a Comissão de Desenvolvimento Econômico, e é membro das Comissões de Legislação e Justiça e de Mobilidade e Acessibilidade.

Como parlamentar, desempenhou um mandato presente nas bases, nas lutas que fortalecem os movimentos sociais, propôs projetos importantes, se mantendo fiel aos seus princípios dedicados à causa de uma vida digna para a classe trabalhadora e o povo.

Por acreditar na importância fundamental da organização popular, realiza na cidade reuniões, ouvindo e incentivando os mais diversos grupos e movimentos, pois crê que para além dos governos a luta do povo é que muda a vida das pessoas e transforma a sociedade.

Para conhecer mais sobre Múcio visitar o site: www.muciomagalhaes.com.br

Natal Maciel (Rio Sono, TO)

Candidato a vereador em Rio Sono, em Tocantins, onde nasceu. Aos 48 anos é casado com a professora Andreza e pai de dois filhos. Durante toda sua vida se dedicou ao trabalho e a luta em busca do desenvolvimento.

Natal Maciel começou sua história política na luta sindical em Rio Sono na década de 80. Por sua forte atuação e compreensão da importância da luta em defesa dos trabalhadores assumiu a presidência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (Fetaet) por dois mandatos.

Como reconhecimento por sua luta em defesa dos trabalhadores à frente da Fetaet foi eleito secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Atuou ainda como secretário municipal de Agricultura de Rio Sono.

Em 2009 assumiu a Coordenação Adjunta do Programa Terra Legal (programa de regularização fundiária), do Ministério do desenvolvimento Agrário no segundo mandato do Presidente Lula.

Piuí (Esteio, RS)

O ano de 2012 é mais um ano de eleições municipais e precisamos, mais uma vez, de companheiros e companheiras com disposição e coragem para fazer a diferença também na Câmara de Vereadores!

Piuí é companheiro comprometido com a democracia participativa e a inclusão social, com a questão da moradia digna e o meio ambiente - da recuperação dos mananciais de água e do Rio dos Sinos, cuidado com os animais, organização dos catadores e "carrinheiros" e do saneamento básico e da ampliação da coleta seletiva.

Sua preocupação também inclui os direitos humanos. A experiência de vida do Piuí nos traz a certeza de que poderemos contar com alguém que trabalha, que luta e que se engaja.

Filho de pequenos agricultores do interior do Rio Grande do Sul, como tantos cidadãos e cidadãs que vivem em Esteio, sentiu na pele o que é a luta por uma vida melhor na região metropolitana. Estudou o curso técnico e o 7º semestre do bacharelado em Química.

Piuí foi assessor do então vereador Gilmar Rinaldi. Atuou no governo do companheiro Olívio Dutra como diretor adjunto do Parque de Exposições Assis Brasil; foi vice-presidente da União das Associações de Moradores de Esteio, onde coordenou o processo de quitação e renegociação dos contratos dos mutuários do Condomínio Morada II, que acabou tendo efeito para 900 mil famílias no Brasil inteiro!

Em sua vida pública demonstrou capacidade de defender e construir um futuro melhor para sua cidade, para as pessoas que nela vivem, trabalham, circulam e também para as futuras gerações. Piuí também luta pela valorização da cultura do nosso povo e colaborou para que a Semana Farroupilha de Esteio se transferisse para os pavilhões da Expointer. Participou de Escolas de Samba de Esteio e da região.

Como militante do PT trabalhou muito pelo crescimento do Partido, conquistando recursos para geração de emprego e renda, para o combate às enchentes, para a ampliação da coleta seletiva e para a revitalização e embelezamento de praças e parques e canteiros, bem como para a arborização de nossa cidade.

Atualmente, no cargo de diretor Técnico Operacional na Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Esteio, Piuí, junto com a comunidade, construiu políticas públicas, reafirmando seu compromisso com a ética, com a política séria e a boa luta, sempre preocupado com os problemas sociais e com a qualidade de vida das pessoas.

Professor Léo (Cachoeiro de Itapemirim, ES)

É vereador da AE em Cachoeiro de Itapemirim (ES) e tem pela frente o imenso desafio de se reeleger no município, feito jamais alcançado pelo PT local em sua história.

Em seu primeiro mandato, democrático e popular, atuou ao lado dos movimentos da juventude no município, principalmente, nas áreas educacional, cultural e esportiva. Professor Léo está diariamente na sala de aula, lidando com centenas de jovens.

Destacou-se também por sua atuação ética e firme no Legislativo, em defesa das comunidades e dos grupos excluídos da sociedade, aprofundando temas importantes e pertinentes na Câmara, qualificando o debate na Casa Legislativa.

Desenvolveu um trabalho intenso na internet e redes sociais, prezando sempre pela transparência e interatividade junto ao cidadão.

Professor Dauri (Cariacica, ES)

O direito à cidade é parte dos direitos humanos desejado pelas pessoas, mas que nunca chega a casa delas no tempo de sua necessidade. O Professor Dauri já assumiu perante a população cariaciquense a luta pela sustentabilidade urbana, contra a desigualdade e a injustiça social em nossa cidade.

A cidade deve garantir os direitos de todos os seus moradores e moradoras, especialmente das mulheres, crianças, jovens, idosos, negros e pessoas com de deficiência.

A cidade que eu e você eleitor e eleitora queremos deve respeitar e garantir o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer e à segurança, para a atual e as futuras gerações. Isso só é possível com o envolvimento de pessoas comprometidas com uma política urbana articulada e norteada de estratégias de inclusão social e de justiça ambiental.

Essas bandeiras de lutas serão prioridades para o mandato participativo do Professor Dauri! Pelo Direito à Cidade!

Professor Gilmar Santos (Petrolina, PE)

O desejo de contribuir na construção de um futuro melhor com certeza é a mola que impulsiona a candidatura do Professor Gilmar Santos. Filho de trabalhadores rurais que foram do interior do estado do Pernambuco para Petrolina há mais de 30 anos, Gilmar tem como primeira escola a Feira do Jardim Maravilha, onde trabalhou com sua mãe e familiares por duas décadas.

Ao participar das atividades sociais da Igreja Católica com grupos de jovens, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais sociais, Gilmar iniciou sua trajetória política, onde teve forte influência do trabalho naturista desenvolvido pelas freiras do Recanto Madre Paulina, no bairro Ouro Preto. Apresentou programas de rádio para jovens e comunidades de Petrolina e cidades vizinhas, sempre preocupado com os direitos sociais e a dignidade das pessoas.

Quando estudante de História pela Universidade de Pernambuco

(UPE) lutou pela universidade pública, gratuita e de qualidade. Formado, Gilmar lecionou no Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina e atualmente ensina História, Filosofia e Sociologia na rede de educação pública e particular em Petrolina e Juazeiro, onde procura incentivar, através de ações e projetos, o desenvolvimento da cultura e da consciência política dos professores e estudantes.

É nesse percurso que em 1997, ainda universitário, participou do 45º Congresso Nacional dos Estudantes, promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em Belo Horizonte, e conheceu a Articulação de Esquerda (AE). Depois disso, se filiou ao PT e passou a integrar a corrente, por se identificar com a proposta socialista, partidária e de formação política da mesma.

Com o objetivo de contribuir com o debate político e estabelecer outros mecanismos de diálogo, além da sala de aula, Gilmar atua também como palestrante e colaborador de movimentos de combate ao racismo e de luta pelo respeito à diversidade sociocultural.

Empreendedor por excelência, o nosso professor é também sócio-fundador de um curso preparatório para vestibular e concursos, onde promove também, eventos de incentivo à arte, cultura e ações sociais que movimentam e conscientizam a nossa juventude.

Nas reuniões constantes com a comunidade petrolinense, Gilmar sempre ressalta a importância do elo entre a sociedade e o poder público para a formação de uma politica que ouça e atenda os anseios da comunidade. E por tudo isso, ele vai cumprir um mandato coletivo!

Professora Clarice (Barra Mansa, RJ)

Casada, trabalha há 22 anos na rede pública de ensino na qual deseja dar toda atenção como vereadora. Sua história não deixa dúvidas quanto à sua atuação em defesa da educação pública de qualidade, inclusiva e universal.

Graduada em Língua Portuguesa e pós-graduada em Gênero e Sexualidade pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, acredita que a educação é a base para a transformação da sociedade.

Elaborou e implementou o projeto “Educador na família” e atua na luta pela igualdade de gênero, contra o racismo e toda forma de discriminação étnico-racial, religiosa e correlata.

Reginaldo Penha (Marechal Floriano, ES)

Filho de produtores rurais, se formou em Técnico Agrícola. Atualmente, trabalha no Instituto de Desenvolvimento Sócio Econômico dos Trabalhadores de Baixa Renda (Idesbre), onde coordena projetos de inclusão social e digital.

Reginaldo Penha sempre atuou nos movimentos de base da Igreja Católica. Além de ser um dos fundadores do PT de Marechal Floriano, no Espírito Santo, também ajudou a fundar diversas organizações de desenvolvimento social no município.

Rogério (Serra, ES)

Rogério é morador de Vista da Serra há 38 anos. Produtor de eventos e diretor da liga dos Blocos Carnavalescos da Serra foi escolhido pelos movimentos sociais para representá-los na Câmara de Vereadores da Serra para propor políticas e ações de combate à violência contra as mulheres, à homofobia, ao descaso com a cultura e ao alto índice de homicídios contra jovens negros e de periferia na cidade.

Rogério vai promover o incentivo à economia solidária e à segurança alimentar, além de assumir compromisso com a construção de uma cultura de paz e igualdade no município.

Na Câmara, ele é a certeza de diálogo constante e aberto com os movimentos sociais de mulheres, LGBT, negros e negras, juventude, cultura e direitos humanos. Também vai defender a implantação de políticas públicas nas áreas de saúde, segurança, cultura, educação, desenvolvimento e meio ambiente que considerem as necessidades específicas da população da Serra. Sua filosofia política é a valorização integral do ser humano, com respeito a diversidade da vida e a garantia de direitos a todos e todas. Seu compromisso é com cada cidadão e cidadã que deseja e acredita que a Serra quer e pode mais.

Entre suas propostas estão articular a criação de um centro de atendimento à criança e ao adolescente em transtorno e transtorno mental grave; trabalhar pelo atendimento de pacientes com anemia falciforme; implantação da política de educação em direitos humanos; apresentar projeto de lei de criação do Conselho Municipal da Cidadania LGBT; defender o funcionamento da Delegacia da Mulher 24h e finais de semana; apresentar projeto de lei que institui plano de cargos e salários para servidores, em conjunto com a categoria; implantar no currículo da Educação a Lei 10.639 de estudo da história da África; lutar para a criação de restaurantes populares na Serra; articular a criação do Centro Municipal de Referência da Juventude e Plano Municipal de Juventude; trabalhar para a realização de mapeamento de todas as casas religiosas de matriz africana.

Rubens (Diadema, SP)

Rubens é candidato a vereador de um coletivo que luta pela ampliação dos direitos e interesses da classe trabalhadora, que acredita na mobilização social e que produz uma crítica ideológica ao neoliberalismo e ao capitalismo.

Nos últimos anos, quem representou estas propostas na Câmara Municipal de Diadema foi a Vereadora Irene. A candidatura de Rubens segue os mesmos princípios e dará continuidade a este modo de fazer política com a classe trabalhadora.

Rubens é militante do PT desde a fundação e morador de Diadema há 25 anos. Rubens tem grande experiência no serviço público, é professor de educação física concursado na Prefeitura de Diadema desde 1996, foi professor da rede estadual e gestor nas áreas de reciclagem e economia solidária em Osasco e São Paulo.

De 1996 a 2002 foi um dos coordenadores técnicos do Programa Integrar da CNM. Nos últimos quatros anos foi Coordenador Nacional do Setorial de Esporte e Lazer do PT.

Assumiu a Secretaria de Esportes de Diadema entre 2009 e 2011, onde trabalhou com uma valorosa equipe em ações que inovaram e marcaram a política de esportes e lazer na cidade.

Divergências com o governo municipal na condução do processo que levou à greve dos funcionários públicos de Diadema em 2011 determinaram a decisão de Rubens de sair direção da Secretaria de Esportes.

Para Rubens, a valorização e o respeito aos funcionários/as públicos são fundamentais para que Diadema qualifique as suas políticas públicas.

Eleito vereador, Rubens lutará para que tenhamos um governo petista de qualidade superior, democrático e sintonizado com as necessidades e aspirações do povo de Diadema.

Desde já, isto se expressa na defesa de uma ampla plataforma de lutas, a nossa Plataforma Vermelha, a serviço dos movimentos sociais de educação, esporte e lazer, saúde, habitação, cultura,transportes, meio-ambiente, das lutas das mulheres e da juventude e das lutas sindicais de todas as categorias profissionais. Visite o blog: rubens13654.blogspot.com.br

Saraí (Porto Alegre, RS)

Saraí é formada pela luta popular e por isso é candidata à vereadora em Porto Alegre. Nos seus 47 anos de vida não lhe faltaram coragem para cumprir com determinação o sonho de viver numa cidade melhor. Conhece bem de perto a realidade dos moradores das vilas de Porto Alegre. Conhece o sentimento de ser excluída, marginalizada, de ser um incômodo para a sociedade. Viveu situações inacreditáveis.

Tudo isso só reforçou sua consciência de compromisso com os trabalhadores e a juventude. Desde que entrou para os movimentos sociais é movida por uma força que quer mudar essa realidade.Representa a luta pelo direito à cidade, pela titulação das terras quilombolas, moradia digna. Quer um mandato que fortaleça a organização popular. Sua experiência em dois mandatos como conselheira tutelar foi muito importante para lutar pelos direitos das crianças e dos adolescentes, no combate à violência doméstica e na luta pela organização de creches comunitárias. A partir desta luta participou da construção do Programa de Aquisição de Alimentos que uniu duas pontas: os agricultores familiares e as creches comunitárias. Assim os alimentos saudáveis produzidos no campo chegam diretamente ao prato das crianças da cidade.

Saraí é uma mulher negra, da periferia e da luta, que sente e sabe o que falta para Porto Alegre. É militante do Partido dos Trabalhadores, já exerceu mandato como vereadora e é comprometida com as transformações sociais de que a nossa cidade e o nosso país necessitam.

Suas bandeiras de luta para um futuro mandato da Saraí e do PT na Câmara de Vereadores representam esse compromisso.

Sesóstris (Curitiba, PR)

Sesóstris Filipe Armstrong Oliveira, 27 anos, naeceu em Curitiba e é morador do bairro Boa Vista. Licenciado em Educação Física, cursando bacharelado. B.Boy é militante e multiplicador do Movimento Cultural Hip Hop, dançarino, arte educador/educador social, professor de danças urbanas, membro e coordenador do grupo New Crew B.Boys, idealizador e gestor de projetos culturais/sociais, membro e ritmista de escola de samba.

Sesóstris começou cedo seu envolvimento na área cultura. Com apenas 6 anos de idade já participava de uma Escola de Samba, o que fez despertar o gosto que tem até hoje por percussão e samba. Atualmente é ritmista da Escola de Samba Acadêmicos da Realeza, atual campeã do Carnaval Curitibano.

Filho de sindicalistas e petistas, desde pequeno, esteve muito próximo da militância do PT. Em 1999, com 14 anos teve oficialmente seus primeiros contatos com a Dança Breaking e o Movimento Hip Hop.

Em 2003 teve sua primeira participação em competições de Breaking. Desde então participa de muitas outras competições pelo Brasil. Em 2004 teve seu primeiro titulo de campeão na Batalha Sul Brasileira de Break em Curitiba.

Foi em 2004 também que iniciou seus trabalhos como Arte Educador, ensinando o Breaking. A convite do professor Eibe começou a ministrar oficinas no Colégio Estadual Padre Olimpio, aos sábados como voluntario, esse foi inicio do que hoje é um grande trabalho.

Sesóstris além de ter feito vários workshops para aprimoramento da parte artística, participou de alguns cursos de formação que ajudaram no desenvolvimento do trabalho: Formação em Cidadania e Direitos Humanos e Formação de agente comunitário de Esporte e Lazer do Programa de Esporte e Lazer da Cidade do governo federal.

Como Arte Educador/Educador Social teve contato com as mais diferentes realidades encontradas em Curitiba. Sesóstris conhece a fundo os problemas e carências enfrentados pelas crianças, adolescentes e jovens que participaram dos projetos bem como seus familiares e moradores. Sabe da influência e importância que a possibilidade de acesso a Cultura e informação relacionada a Cidadania e Direitos Humanos tem na vida das pessoas.

Silas da Silva (Eliseu Martins, PI)

Meu nome é Silas da Silva e tenho 25 anos. Sou morador de Elizeu Martins, uma pequena cidade do sudoeste piauiense com 4.667 habitantes. Como boa parte dos jovens de minha idade, estava convencido de que a política era uma coisa ruim, cheia de oportunistas e desonestos, mas há um ano conheci o PT e a AE. Fiquei entusiasmado com as suas ideias. Me filei ao PT e comecei a participar ativamente das ações políticas de minha cidade, como, por exemplo, acompanhar as sessões da Câmara Municipal. Neste ano fui convidado pelos dirigentes do Partido e aceitei o desafio de disputar uma eleição como candidato. Tento dialogar, na minha campanha, com os vários jovens que são do jeito que eu era, e não acreditam que através da participação política você possa transformar a realidade de sua cidade. Hoje eu acredito e sei que pode. E sei também que é justamente participando que eu posso mudar a situação de abandono em que encontra minha cidade. Meu foco, juntamente com o nosso candidato a prefeito, Neto Alves, do PT, é trabalhar prioritariamente com educação e cultura. Na educação eu vou lutar pela criação de casas de estudantes em cidades-pólo que têm universidades para que os nossos jovens que passarem em um vestibular tenham pelo menos onde morar durante o seu curso. Na área da cultura fomentar todo e qualquer tipo de expressão cultural no município, desde o hip hop, que atualmente é inexpressivo, até as quadrilhas juninas e reisados, que existem mas estão enfraquecendo. Pretendemos ainda incentivar a leitura e o surgimento de novos autores, promovendo feiras literárias e concursos através da secretaria municipal de educação.

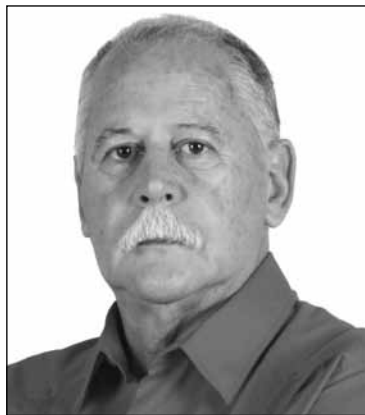
Sinézio Rodrigues (Serra Talhada, PE)

Sinézio Rodrigues é professor da Rede Municipal de Ensino, presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Serra Talhada (Sintest). Primeiro suplente de vereador nas eleições de 2004 e 2008, presidiu o PT municipal por três mandatos. É ex- líder estudantil secundarista e universitário e presidiu o Diretório Acadêmico da Faculdade de Formações de Professores (Fafospst).

Em 1986, aos treze anos, quando ainda nem tinha direito ao voto, Sinézio se envolve na política pela 1ª vez: sobe em palanque e apoia a candidatura de Miguel Arraes a Governador de PE .

Sinézio Rodrigues acreditar que desempenhando um mandato parlamentar a serviço da categoria e do povo trabalhador de Serra Talhada, estará fortalecendo a luta por uma cidade onde a população usufrua seu direito a serviços públicos de boa qualidade. Sinézio Rodrigues tem compromisso com a juventude, com os servidores públicos, em especial, os trabalhadores em educação, com as mulheres e os homens do campo e da cidade.

Sinézio tem consciência das dificuldades e de que as mesmas serão superadas com a união e a força de todas e todos que estão na caminhada e não medem esforços e sacrifícios na busca de uma sociedade justa e democrática.

Ele quer levar para a câmara de vereadores a experiência das lutas e fazer do Plenário da Câmara uma sala de aula onde se discute e defende os direitos do povo.

Wagner Lino (São Bernardo, SP)

O primeiro governo do companheiro Luiz Marinho transformou São Bernardo. A população passou a participar, por meio do Plano Plurianual e do Orçamento Participativo, o sistema municipal de saúde vem passando por revisão completa e tiveram início obras importantes para resolver os congestionamentos, com a vinda do metrô e a instalação de corredores de ônibus. Investimentos massivos em habitação deram fim a um absurdo que já durava 12 anos: os alojamentos provisórios, onde cerca de 2,5 mil famílias retiradas de situação de risco estavam amontoadas sem as menores condições de saúde e segurança.

Wagner Lino participou ativamente da construção desse programa de transformação. Foi o principal denunciante da situação dos alojamentos provisórios, e, finalmente, essa história chega a um desfecho. Como vereador e deputado estadual, lutou por um hospital público para São Bernardo, e o governo do PT concluirá ainda este ano o Hospital de Clínicas. Fiscalizou com empenho os desmandos dos governos anteriores e, hoje, a Prefeitura está de portas abertas para o diálogo e a consulta popular como metodologia de trabalho.

Nosso novo grande desafio é a reforma urbana de São Bernardo, de forma a integrar os espaços e acomodar com conforto e dignidade nossa população atual e o grande fluxo de pessoas que chega a nossa cidade, fazendo de SBC um modelo nacional de mobilidade urbana. Essa questão envolve ainda a regionalidade: são necessárias ações conjuntas entre os municípios do ABC para resolver não apenas os problemas do trânsito e do transporte coletivo, mas também os da segurança pública e as enchentes. Por isso defendemos que os Planos Plurianuais das cidades da região tenham metas comuns para resolver as demandas regionais.

O PT terá mais quatro anos para seguir aplicando seu plano de governo. Wagner Lino conta com o voto de confiança do povo de São Bernardo para que ele e o coletivo da AE possam seguir ajudando a transformar a cidade, a debater o PT e a caminhada rumo ao socialismo.

Zé Ernandes (Altos, PI)

Zé Ernandes é trabalhador rural assentado no Quilombo, maior assentamento na zona rural de Altos. Casado, é pai de quatro filhos. Participou da Comissão Pastoral da Terra e foi um dos responsáveis pela criação e organização da Pastoral da Juventude Rural no Estado do Piauí.

Foi secretário, tesoureiro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altos. Como sindicalista, Zé Ernandes acompanhou a luta pela terra e o processo de implantação da maior parte dos assentamentos na zona rural de Altos. Foi e continua sendo um grande defensor dos direitos do homem e da mulher do campo à terra, ao crédito, à assistência técnica, à educação, à saúde e à infra-estrutura.

Filiado ao PT desde 1991, elegeu-se vereador em 2004, e foi reeleito em 2008.

Como fiscalizador do Poder Executivo, o vereador Zé Ernandes identificou diversas irregularidades praticadas pelo atual prefeito de Altos na aquisição de medicamentos, na contratação do transporte escolar, nos convênios da Secretaria de Assistência Social. Suas denúncias deram origem a várias investigações que estão em andamento.

Como porta voz das comunidades rurais, Zé Ernandes lutou junto aos órgãos competentes para viabilizar diversas ações de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras de nossa cidade, dentre as quais se destacam: a) Implantação de uma agência do INSS em Altos; b) Construção de 198 casas por meio do PSH Rural; c) Recuperação de mais de 60 km de estradas através do INCRA, beneficiando os assentamentos Quilombo, Santa Bárbara, Juazeiro/São Luiz, Brejo, Poço dos Negros e diversos outros; d) Instalação do ensino médio no Quilombo; e) Inclusão do Quilombo no programa Territórios Digitais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a aquisição de 20 computadores com acesso à internet via rádio; f) Acompanhamento da execução do Programa Luz para Todos, que universalizou o acesso à energia na zona rural de Altos.

Por tudo isso, acreditamos que Zé Ernandes merece permanecer na Câmara Municipal de Altos.

Zé Roberto (Cachoeiro do Itapemirim, ES)

Há quatro anos, o Partido dos Trabalhadores conquistou a Prefeitura Municipal, derrotando os velhos coronéis que governaram Cachoeiro de Itapemirim num interminável revezamento que durou quase quarenta anos. Neste ano em que o prefeito Carlos Casteglione busca sua reeleição, é importante que o PT faça uma boa bancada de vereadores para fortalecer e apoiar o governo na busca de aprofundar as mudanças que nossa cidade precisa. Buscando contribuir para o crescimento do PT e seu fortalecimento no Legislativo Municipal, apresentamos José Roberto como candidato a uma das dezenove vagas em disputa.

Zé Roberto é operário do setor de rochas ornamentais, principal atividade industrial da região Sul do Espírito Santo, e atua nos movimentos comunitários da Igreja Católica, na Associação de Moradores do seu bairro e na Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim (Fammopoci)

Católico ativo desde sempre, participou da Pastoral da Juventude, foi coordenador da Pastoral Comunitária, atuou na Pastoral da Saúde, entre outras atividades da igreja que se referencia na teologia da libertação, de onde veio a sua inspiração para atuar na política e no PT.

Por sua trajetória Zé Roberto se credenciou para postular uma vaga na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim onde pretende ser a voz dos trabalhadores na efetiva fiscalização do Executivo, colaborando para a consolidação de uma visão progressista de cidade, onde o interesse público prevaleça sobre os interesses privados e os anseios da classe trabalhadora estejam em primeiro lugar, seja no plano do Legislativo, no Executivo ou sociedade como um todo.

Eleito, Zé Roberto buscará construir um mandato participativo, ouvindo as comunidades e informando sobre sua ações e propostas, bem como sobre o processo legislativo em si, contribuindo com a consolidação de uma nova cultura política no município.★

De volta para a UNE

55° Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia termina bem, muito bem

Neste ano a FEAB tomou uma importante decisão para o movimento estudantil de Áreas e Geral, quando reconheceu a UNE como a entidade do movimento estudantil universitário brasileiro e decidiu voltar a compor seus espaços, sinalizando um caminho para outras executivas e criando as condições para importantes debates no movimento estudantil geral.

Jonatas Moreth e Diego Pitirini*

Na madrugada do dia 22 de agosto foi encerrada a plenária final do 55° Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (Conea), um dos maiores dos últimos anos, com mais de 700 participantes e debates elevados sobre o desenvolvimento capitalista no campo, a formação profissional da agronomia e o caráter das universidades.

O balanço é positivo, e para nós, três são os elementos que merecem destaque neste momento da FEAB: tivemos um congresso com elevado nível de consenso e maturidade sobre os; foi retomado o debate histórico sobre formação e por ultimo e mais importante a FEAB voltar a reconhecer e participar dos fóruns da União Nacional dos Estudantes (Une).

No Congresso foi presente, também, um debate que há anos se perpetuava com divergências e confusões teóricas e metodológicas. Talvez dos últimos cinco anos tenha sido o melhor fórum do ponto de vista do debate político, refletindo a ampliação da organização do ME - Agro.

A ampla maioria das resoluções que o Movimento Estudantil de Agronomia entende como seus maiores desafios foram votados por consenso. Entre elas, a ampliação da relação e a legitimidade da Feab com os estudantes de agronomia, contribuição com o que tem de experiências de forma ativa com o movimento estudantil geral e a ampliação do debate sobre a universidade e sua função social.

Entre as resoluções aprovadas estão, ainda, não centrar a disputa nas universidades e apenas no governo, mas sim na construção de um programa democrático e popular para as universidades e ampliar a relação com o movimento sindical, em especial o profissional e o dos centros de pesquisa com a Anvisa e a Embrapa.

O debate de formação profissional, essência da organização do movimento estudantil de área se apresentou renovado. Foram muitos os avanços, desde uma campanha pela curricularização da extensão universitária, a retomada das articulações com as discussões do mundo do trabalho com a categoria, nas articulações com as associações de engenheiros agrônomos, sindicatos de engenheiros e também a partir das articulações de encontros de egressos dos profissionais que passaram pela entidade. Além disso, neste ano, iremos ter um Seminário Nacional para aprofundar o tema, em Curitiba, o que, com certeza, colocará este debate que, por anos foi secundarizado, em outro patamar.

O grande marco deste congresso foi a discussão sobre a União Nacional dos Estudantes. Mesmo contrário ao nosso posicionamento, em 2007, a FEAB deliberou o rompimento com a única entidade geral dos estudantes do País, gerando duas coisas negativas. A primeira é que isso enfraqueceu o debate da Universidade e sobre o próprio ME dentro da entidade. No máximo o Movimento Estudantil da Agronomia conseguiu ao longo dos últimos anos debater com qualidade as questões relativas ao campo brasileiro, por conta da construção da Via Campesina. A segunda é que após o rompimento da FEAB, outras 16 executivas de curso romperam com a entidade, o que enfraquece a entidade dos estudantes e, inclusive, as possibilidades de disputa da mesma.

Neste ano a FEAB tomou uma importante decisão para o movimento estudantil de Áreas e Geral, quando reconheceu a UNE como a entidade do movimento estudantil universitário brasileiro e decidiu voltar a compor seus espaços, sinalizando um caminho para outras executivas e criando as condições para importantes debates no movimento estudantil geral.

Por óbvia muita coisa tem que avançar no movimento estudantil de agronomia e em geral, temos ainda vários desvios e confusões de concepção e papel. Mas, sem dúvidas, o 55° CONEA terminou bem, muito bem. ★

***Jonatas Moreth** é 3° Diretor da UNE e **Diego Pitirini** foi da Coordenação Nacional da FEAB 2011/2012